



**Seminário Nacional Habitat III
Participa Brasil
23 a 25 de fevereiro/ Brasília- DF**

Brasília, 2015



Seminário Nacional Habitat III Participa Brasil RELATORIAS

Mesa 1 - Velhos desafios, novos problemas do desenvolvimento urbano

23 de fevereiro, manhã.

Painelistas: Ricardo Jordán - Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), Evaniza Rodrigues - União Nacional por Moradia Popular (UNMP), João Sette Whitaker - Universidade de São Paulo (USP), Márcio Pochmann - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Coordenador(a): Yuri Giustina – Ministério das Cidades

Relator: Vicente Lima – Ipea

Evaniza (Movimento Nacional por Moradia Popular)

Criação de tendências e revisão de processos que contam da agenda da política urbana. Destacando a participação dos agentes que estiveram no Habitat II, relatando que eles não estavam presentes como representantes da sociedade civil em relação ao posicionamento do governo. Consistindo em uma agenda paralela. A sociedade civil e prefeituras locais organizaram-se na década de 1990 para marcar uma posição, relatando que a agenda praticamente não se alterou nos últimos vinte anos, observando a programação do seminário da década de 90 com a atual.

Ocorreu a criação de uma série de redes de participação diversa que atua construindo um pacto coletivo de forma a influenciar a elaboração dos documentos e da conferência.



Para um balanço de 20 anos destacam-se as conquistas institucionais, como destacado pelo Yuri, de forma a avaliar como esses marcos alteraram a condição de vida das cidades, e complementando com o papel dos investimentos em infraestrutura social mais recentemente. O balanço deve apresentar as conquistas, a respeito desses avanços, ainda a carência de quase tudo – caos urbano, a cidade como mercadoria, a ‘periferização’ – devendo se mostrar as duas faces da realidade brasileira.

Ainda há pontos pendentes. Precisamos rever os instrumentos de enfrentamento para exclusão social das cidades. O modelo se repete, dada a inviabilidade de modelos de cidades apartadas. A agenda é compartilhada entre governo e sociedade. Instrumentos que radicalizem o direito da função social da propriedade, dos investimentos em infraestruturas.

Um dos pontos pendentes: a criação de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. Falta ousadia para combater o papel do capital imobiliário. Comunidades expulsas pela violência do capital dado um encarecimento de viver em áreas mais bem localizadas. A gentrificação não somente é dada pelo valor do imóvel, mas do custo de vida em razão da transformação do espaço decorrente da mudança do perfil (aumenta o preço do pãozinho).

Avanços nos processos de gestão democrática, mas carece de cultura de gestão, na construção de processos de decisão coletivos que façam enfrentamento dos interesses privados em relação à cidade (por exemplo, o processo de aprovação do Plano Diretor de SP). Como se passar da arena pública a real.

Voltaram os despejos violentos – áreas de favelas, de ocupação etc. Não se faz uso dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade. Precisamos de radicalização no enfrentamento dos deslocamentos involuntários – a



criminalização dos que lutam pelo direito da moradia, dos que lutam para construção de Políticas Públicas inclusivas.

Não basta investimento, mas uma qualificação do que se produz com isso. O que é moradia popular? Houve um recuo no que se entende por investimento em moradia popular. Habitação popular não se reduz a moradia, mas a um lugar que se constrói. Os padrões não se reduzem a critérios métricos – para que haja intervenções e não se reproduza a ‘refavela’ (em referencia a musica de Gilberto Gil).

Um outro ponto de agenda – a discussão da água. A mercantilização do bem público em razão das concessões. Não é possível haver empresas se apropriando desta forma. Necessária revisão do modelo atual no país.

Outras questões:

1. Valorização e qualificação do espaço público: modelo de cidade privatizada é uma anti-cidade. O espaço público é o espaço de existir, de vivência, necessitando ser retomado. Tomar mais cuidado para reverter este;
2. Simbiose entre o rural e o urbano: necessidade de reconhecer o rural como direito à cidade, em razão da relação direta entre estes dois territórios;
3. Agenda dos direitos humanos deve estar no centro da agenda: viabilizar o direito a todas e todos. Se em 1996 foi (a vez) do direito a moradia, temos agora o direito a cidade sempre como uma grande agenda. Aproveitar o momento como momento de mobilização das grandes cidades, tornando-se uma agenda pública. Evidenciar o incômodo e inconformismo em mudança.

Yuri destacou os principais pontos da fala de Evaniza: enfrentamento da questão função social da propriedade, do capital imobiliário, da inclusão social, despejos, qualificação dos investimentos mediante o Sistema Nacional de



Desenvolvimento Urbano, a questão da água e recursos hídricos, qualificação dos espaços públicos, agenda do Habitat centrada na agenda dos Direitos Humanos.

João Sette Whitaker

Estamos aqui para falar da questão urbana na discussão do Habitat III. Aqui no Brasil, mas vinculando a uma discussão mundial. Preparação para uma discussão global, cuja periodicidade é bastante ampla – intermitente com os Fóruns urbanos mundiais. Cabe então discutir qual o papel do Brasil nesse evento: deve-se tornar protagonista em razão de ser um dos países que abriga as maiores tensões sobre a problemática urbana no mundo.

O Brasil teve avanços significativos nas últimas décadas, com a aprovação do Estatuto da Cidade, a realização de Planos Diretores, as Conferências de Habitação, e assim por diante. Não obstante, a situação urbana, tanto o Brasil como no mundo, desde o primeiro Fórum Habitat I, em Vancouver, em 1976, não melhorou. Ao contrário, ela se agravou:

A urbanização no mundo se intensificou especialmente na Ásia e África, já que a América Latina era mais urbanizada que estes dois continentes. A população urbana cresceu enormemente, e sobretudo a população urbana pobre. Em 2007 a população urbana ultrapassou a rural. O déficit habitacional na maioria dos países em desenvolvimento, inclusive o Brasil, aumentou quantitativamente, apesar de todos os esforços.

No Habitat I a premissa era o papel do Estado e das políticas públicas para a regulação dessa urbanização. A declaração de Vancouver destacava o papel centralizado e regulamentador de um estado forte – políticas fundiárias baseadas na desapropriação de terras. Porém, até o Habitat 2, o que ocorreu, de fato foi o avanço de um modelo liberal, encolhendo o estado. A declaração ficou na contramão do modelo mundial – em todos os países do sistema ONU. No



Habitat 2, o modelo já preconizava a ação de receitas urbanas globais para casos locais, com menor participação estatal.

Hoje, o padrão desta urbanização no médio e longo prazo se mostra insustentável, por sua lógica ao mesmo tempo segregadora e mercantil. As cidades se tornaram um “negócio em si”, em que predominam os interesses econômicos. Grandes empreendimentos imobiliários, de infraestrutura ou de megaprojetos, em qualquer lugar do mundo, reforçam o tensionamento nas cidades, e ampliam a ação devastadora do capital sobre os bairros pobres..No Norte e no Sul, o mundo se aproxima pelo pior, que se revela na condição espacial da cidade, generalizando-se os problemas urbanos -. Se os avanços até ocorreram no plano do discurso, na realidade urbana eles não se concretizaram.

O Habitat II foi atropelado pelo crescimento urbano e seus conflitos, que se tornaram também ambientais. . A tal ponto que a questão ambiental passou a ser tratada de forma independente da questão urbana, como se fossem coisas diferentes. O modelo do hiperconsumo, que passou a ser um objetivo comum às economias de todo o mundo, é desastroso para o urbano, com o predomínio do particular sobre o público, a privatização dos espaços, a recusa da rua como rua a reprodução de cidades individuais e, nos países do Sul, do insustentável modelo automotivo como matriz de mobilidade urbana. Se por um lado é comum a defesa do virtuosismo do avanço econômico, raramente se observa, por outro lado, que ele é uma pá de cal nas cidades.

Assim, avanço de Políticas Públicas, como MCMV, não se refletem diretamente em melhorias do déficit habitacional e da precariedade urbana. No Habitat II a questão central não é mais o estado, mas sim a gestão, melhores práticas, programas e políticas nacionais. O modelo de gestão do Norte – simbolizado em Barcelona - vira paradigma para o Sul . Porém, esses modelos geralmente se traduzem em “melhores prpaticas”, casos pontuais e isolados, que não têm escala e não promovem alterações estruturais na condição de pobreza urbana.



Os países do Sul estão cada vez mais emaranhados no impasse da terra e do (des)controle sobre o fundiário. Nesses países, geralmente o Estado vem a reboque, sobre uma organização fundiária pré-estabelecida pelo mercado. O poder do setor público é mínimo justamente para promover as mudanças estruturais que se fazem necessárias. A ambiguidade entre o legal e o ilegal torna-se padrão de organização: a ilegalidade torna-se legal como fato, as remoções forçadas tornam prática comum, as glebas ditas “irregulares” são na verdade reservas fundiárias à espera dos projetos do mercado imobiliário. No fim, estamos consolidando categorias de segregação, que parecem muito úteis ao status-quo..

No Brasil, o Pacto Federativo mostra fragilidades, dando muito poder aos municípios, porém sem condições financeiras para tal. A dependência econômica e as lógicas locais ainda oligárquicas emperram a promoção da Reforma Urbana, apesar do Estatuto da Cidade, e favorecem os arranjos locais com os interesses privados detentores do controle fundiário. Se os municípios, desde 2001, tivessem colocado efetivamenteem prática os instrumentos do Estatuto, hoje teriam uma política fundiária mais equacionada, podendo haver produção habitacional em áreas mais centrais e maior eficácia, pro exemplo, do MCMV

Concluindo, deve-se pensar hoje, 40 anos após o Habitat I, qual outro modelo econômico e urbano possível, pois o atual fracassou. Não deixa de ser sintomático que, nas conferências intermediárias do WUF, haja uma clara exclusão dos movimentos sociais, que aliás se organizam sempre em fóruns paralelos, porém não integrados. Os mais pobres não fazem, no modelo atual, parte dos que decidem as soluções para seus problemas. Por outro lado, a questão ambiental deve ser integrada à urbana, como um só problema: devemos falar em justiça sócio-ambiental e espacial. As manifestações que eclodiram pelo mundo nestes últimos anos mostraram que a corda, tensionada, vai se romper nas cidades. O Brasil pode e deve, aproveitando sua situação dedestaque, ser



protagonista principal na proposição de um novo modelo urbano, para si mesmo e para o mundo.

Márcio Pochamann

Reflexão coletiva como oportunidade de debate. Acentuando dois pontos importantes no entendimento da posição do país na Habitat III.

Ponto 1: relação sistêmica entre o desenvolvimento capitalista e a cidades.

Ponto 2: relação entre modelo de cidade e padrão de sociedade.

Dado estes pontos, diz respeito ao desconforto de analisar a problemática das cidades que tende a estar prisioneiros do risco de abordagem.

Risco 1: seria o curto prazo, a emergência do atendimento da Política Pública, perdeu-se a perspectiva do planejamento, entendendo as cidades a lógica do mercado financeiro. Risco 2: visões fragmentadas e parcializadas, contemporâneas aos avanços da perspectiva pós-moderna. Necessidade de um método de abordagem mais ampla, verificando a complexidade decorrente das diversas áreas desconhecimento formal: relações econômicas, políticas, culturais, sociais etc. As perspectivas fragmentadas nos deixam distantes de operacionalizar uma Política Pública mais efetiva.

Primeiro ponto, não se deve apreender a cidade em países subdesenvolvidos espelhando-se nos países centrais. Parte-se do pressuposto que o desenvolvimento capitalista é desigual por que a forma de organização do capitalismo é hierárquica. A relação entre centros dinâmicos que não fazem parte de um conjunto hierárquico de forças. Presença de elementos: 1. Presença de moeda de curso internacional; 2. Presença de forças armadas de peso; 3. Capacidade de produção e difusão tecnológica.

O país não apresenta estes três elementos que o qualificariam no contexto mundial no sistema capitalista na hierarquia das posições, citando exemplos da posição brasileira na ausência destes três pontos. Chamando a atenção que não é um país central no capitalismo O nosso desenvolvimento é subordinado. Quando



há crises no centro dinâmico, há manobras que os países subdesenvolvidos realizam para melhorar sua condição – citando exemplo do período 1880, da transferência do Regime Imperial para a República, reposicionando o país em relação ao ciclo do café, citando Celso Furtado (ciclo do ouro). Em 1929, outro momento, a República Velha, lançou-se o projeto urbano e industrial.

Oportunidade em uma nova crise – mudança da América para a Ásia, provendo relação com a China – especializando-se em bens primários. Não se criará uma nova nação – será a garantia do crescimento, mas não de mudança.

Segundo ponto: modelos de cidades e padrões de sociedade.

As cidades brasileiras eram cidades ligadas ao meio agrário. Sociedades agrárias refletem em cidades enxutas (pequenas). Modelo Urbano-industrial (pós-década de 30), separação entre lazer e trabalho em tempos – setorização das cidades reflete na perda do tempo – burocratização do tempo (tempo do trabalho e tempo, burocratização do tempo). Além deste, há o autoritarismo, que mantém o papel do poder agrário - força do capital do lixo, especulativo e do transporte. Abandono do modelo de cidade central para um modelo periférico, extensivo. No modelo de cidade extensiva, os prédios públicos estão nos fundos, nas valas. Este modelo de cidade é ingovernável. Os custos para universalização do acesso a cidade são elevados em razão do espraiamento. Alternativa seria a concentração na periferia?

Outro modelo possível – sociedade de serviço. Que cidade se constrói calcada nesse modelo de sociedade? Qual seria este modelo? – pressupõe a mudança do estado e dos governos – que são caudatários no modelo de sociedade do 'século XIX e XX. A fragmentação da Política Pública impossibilita a gerência de um modelo de cidade de serviços. A sociedade de serviço abre uma nova perspectiva de mudança de organização do espaço e do governo. Na parte social não tem equipe, não tem metas (pensar o indivíduo nas suas condições) –



o olhar na totalidade. Alteração do método do governo que necessita de uma pressão da sociedade (analogia a panela de pressão).

Yuri – desenvolvimento capitalista e Desenvolvimento Urbano e sociedade e cidade na forma de organização do espaço.

Ricardo Yodá

Desenvolvimento Urbano na América Latina e Caribe – dilemas e perspectiva.

MINURB – Fórum de Habitação de Ministros da América Latina. Reflexão de como levar uma posição ao Habitat III. Hoje, na América Latina e Caribe, enfrentamos um dilema de **qual caminho devemos percorrer** como país e região (solicitado a CEPAL).

Construção de uma agenda de um país urbano que se articula com os temas de desenvolvimento econômico e social. Chegou-se ao momento de uma decisão – como queremos nosso futuro urbano.

Papel do Brasil na organização de fóruns nacionais para preparação do Habitat III. Em 1976 – 34% da população era urbana. A discussão era quando se parará a urbanização. Em média, 80% da população da América Latina vivem nas cidades. 2030 – 85%.

- 260 milhões de habitantes em 198 cidades na América Latina.
- O padrão de produção, distribuição e consumo mudou nestes 40 anos
- Mudança – pobreza de déficit para a qualidade.
- Redução da população.
- Cidade transforma e molda o crescimento dos países, tornando-se motores de crescimento. São essenciais para a cadeia de valor e expressão dos problemas urbanos.



Dois grandes capítulos – agendas de econômicas e deseconomias e externalidades negativas e positivas.

A despeito da importância do PIB, no país é relevante o PIB produzido em áreas urbanas pequenas e rurais (43%).

Grande temas:

Desigualdade

- América Latina e Caribe: regiões com maior desigualdade do mundo e as cidades apresentam uma maior desigualdade que os países em sua totalidade (informalidade laboral e segregação). A desigualdade se expressa espacialmente nas cidades.

Informalidade do emprego

- 93 milhões de informais na América Latina e Caribe.
- Níveis de setores de 38%-76% em setores agrícolas.
- Estrutural
- Aumenta a vulnerabilidade
- Limita a arrecadação e fiscal em razão dos ingressos.

- Baixa produtividade

ALC cresceram impulsionadas por commodities

Grande parte dos empregos urbanos especificamente em setores de serviços com baixo nível de produtividade.

-Os avanços de produtividade da economia se perdem devido as externalidade negativas, como o tempo e distância de deslocamento (ex. São Paulo).

Escassa arrecadação fiscal



- ALC tem aumentado sua arrecadação fiscal.
- Nível de imposto em relação ao PIB segue baixo

Insuficiente investimento em infraestrutura

Problemas estruturais na ALC. Falta de Infraestrutura social e urbana e logística.

Dilemas apresentados:

1. Expansão versus densidade
 - a. Caráter espacial
 - b. Cidades na ALC tem densidade medias
 - c. A expansão espacial
 - d. Temas que se relacionam com os dilemas e devem ser discutidos: expansão urbana, transporte, densidade, redes.
2. Renda versus Custo
 - a. Dilema de caráter capital
 - b. Qual o caminho alternativo: Como é gerada? Que se apropria? Como se distribui? A distribuição é de qualidade?
 - c. Temas: Economias de aglomeração, de escala, gestão das externalidades, rede de cidades em um contexto macro.
 - d. Como maximizar os benefícios de urbanização? Grande questão
3. Desenvolvimento versus Desigualdade
 - a. Dilema de caráter social
 - b. Eixo que cruza todos os outros eixos.
 - c. Como se afeta a vida urbana, acesso a bens e serviços,
 - d. A única forma de diminuir a brecha de desigualdade foi renda e emprego. O acesso a cidade é uma forma de atuação – melhorar da qualidade de vida.



- e. Temas: Pobreza e precariedade, insegurança, segregação espacial, habitação social e acesso a bens servidos, desigualdade, cidade e gênero.

Como se gera oportunidade a todos e fecha a brecha?

4. Ecologia versus Serviços Ambientais

- a. Dilema de caráter ambiental
- b. Diferença dentre as diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável: citando exemplo da cidade de SP- relação entre oferta e demanda.
- c. Uma forma de pensar a cidade no contexto do bioma territorial, impacta na forma de gestão das cidades.
- d. Temas: ecologia urbana, mudanças climáticas, resíduos, etc.
- e. O que é necessário para desenvolvimento uma concepção de cidades?

5. Habitante versus Cidadão

- a. Dilema de caráter comunal.
- b. Direito a cidade: papel ativo no planejamento e gestão urbana em todos os seus níveis
- c. Diretos e obrigações dos indivíduos: temos um papel de construção nas cidades. Pensar em conjunto esta equação complexa,
- d. A cidade como espaço que responde as necessidades do conjunto da população e interesses particulares
- e. Temas - espaços públicos, etc.

Três eixos operativos - forma de enfrentamento

- 1. Planejamento e desenvolvimento
 - a. O planejamento tem sentido na resolução do dilema espacial
- 2. Governança e institucionalidade



- a. Primeiro país a construção de uma institucionalidade da questão urbana – compara com o Chile. Empoderamento de quem não tinha voz no processo. Estabelecer uma forma de construção de um pacto.

3. Financiamento

- a. Não adiante nada sem recursos. Como podemos financiar a nova agenda? Tema candente no HABITAT – ser responsável para garantir a validade da agenda.
- b. Papel dos planos regionais

Construção de uma matriz 5 x 3.

Eixos operativos de determinação de qual caminho devem seguir os ministros.

Yuri Giustina

Dilema e perspectivas do desenvolvimento urbano na ALC. Ousou na apresentação de uma matriz dos caminhos que podem ser utilizados para resolução dos problemas.

Debate e Perguntas:

Marcelo (Central dos Movimentos Populares)

Parabeniza a elaboração do seminário. Falta de participação na discussão de quem vive e critica o papel do mercado na formação das cidades contemporâneas. Fundamental na manutenção do status quo o papel de repressão dos governos, milícias etc. Crítica: não houve em 1996 a participação do governo. É fundamental nos movimentos a organização de atividades paralelas.

Miguel (MNLST)



A mesa foi homogênea no debate. Não cria uma matriz da disputa das cidades na América Latina. Quem se opõe, não atua neste nível de debate. A disputa entre o capital e a sociedade não se materializa neste evento, mas no fórum nacional. Problema: qual o modelo de documento do governo para se tornar protagonista? Para os movimentos organizados – o documento deve declarar a necessidade de ruptura do modelo atual baseado no capital (despejos forçados). Para Ricardo, o diálogo é bom, mas falha no detalhamento da gestão democrática das cidades.

Leleco (União Nacional para Moradia Popular).

Os temas foram variados. Primeiro ponto: temos um estado forte? Qual a influência deste governo para tratar do problema?

Pergunta : Qual espaço para a AL definir uma agenda urbana no Fórum?

Cita a defesa do capital no encaminhamento do Kassab como Ministro. Cita o MCMV como exemplo da cidade sustentável. O seminário pode realmente influenciar? Como os governos (Brasil e AL) desejam influenciar na implementação das propostas?

Nelson Saule Jr. (Instituto Pólis)

Parabeniza a iniciativa do seminário nacional como primeiro passo, para avaliar como se dará a construção de um posicionamento – não somente quanto ao processo como conteúdo. Função – alinhar posições para refletir no relatório nacional. No Habitat II houve um papel mais forte dos governos locais, enquanto no Habitat III a posição é mais de governo central. A ALC não é um bloco – como se articular na plataforma ONU para articular um processo conjunto? Da parte da sociedade civil, na construção de uma plataforma mundial sobre o direito a cidade. Existe espaço para se criar um diálogo com este movimento?

Marize (movimento popular da moradia da Bahia).

Como sobreviver e garantir a sobrevivência dos pobres jovens, negros nas cidades? Levando em conta o maior número de financiamentos federal, a



fragilidade dos municípios, a inexistência de planejamento municipal. Como se vê a manutenção de uma política urbana eminentemente municipal?

Respostas:

João Whitaker

Sobre a inespecificidade dos problemas urbanos. Os problemas são os mesmos, independente das cidades. Consistindo em um problema de matriz urbana. O protagonismo deve ocorrer pelo combate ao modelo atual. Em cada país deverá se apresentar com formas distintas. No país, desde a construção do modelo de elaboração do relatório, se dá de forma participativa, com a sociedade. De forma alguma está definida como sendo exclusiva do MCidades. A pauta esta aberta e deve ser politicamente tensionada. Outra observação ao Nelson, voltar uma agenda nacional é um avanço, e não retrocesso. O local, no Habitat II, deve se manter as conquistas, mas retomar o papel do estado (central), mais organizado.

Com relação ao Rio, não que fosse organizado pela prefeitura. Mas os excluídos não foram incluídos. Quanto à informalidade, a regularização forçada. A informalidade e regularização, não deve se tornar uma pauta central. A informalidade foi uma forma de rompimento da rigidez fundiária pelos movimentos sociais. Não pode ser empecilho. A questão do nó da terra como sendo muito mais do que simplesmente regularização fundiária.

Pochmann.

Dois assuntos importantes: modelo de cidade existente hoje se resolve os problemas das cidades herdadas ou sobrevivermos a essa situação. Mantida a tendência demográfica, a partir de 2030 haverá um decréscimo populacional. Se observarmos a dinâmica atual – há uma redução da dinâmica urbana com mais de 2000 municípios reduzindo o seu tamanho. Mudança do federalismo – SP como modelo deixa de ser referência- modelo do fracasso de urbanização. contudo não há alternativa. As RMs vêm perdendo participação relativa



populacional e produtiva. As grandes cidades vêm perdendo espaço e pequenas cidades fantasmas.

Não seria um modelo de desenvolvimento a transferência de recursos e iniciativas a cidades menos representativas – nos EUA a cidade administrativa não necessariamente é a cidade mais rica do estado. Pensar o novo.

Pensar o papel da mobilização social – somos filhos de um processo de participação polarizado, por categorias. O que ocorreu em 2013 foi um novo modelo - a mobilização é por outras finalidades. Há um esvaziamento do processo político e participativo.

Dos 20 milhões de novos empregos não incorreu em um aumento do número de sindicalizações, por motivos de desconhecimento ou de falta de crença. O mesmo problema se dá no movimento estudantil. As contradições são válidas inclusive para os movimentos da moradia. A estrutura de representação não dão conta no contexto da sociedade de serviços, dos tempos perdidos, da qualidade dos serviços, da baixa qualidade. Daí a necessidade premente de se pensar novos modelos de representação.

Evaniza

1. A violência urbana e a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais. Exemplo dos vendedores ambulantes. Na ausência do estado e controle do território.
2. Qual o papel dos municípios? Quais as grandes inovações que os municípios estão fazendo hoje, principalmente se comparado com a década de 1990? Qual o papel na regulação?
3. A influência do processo do Brasil no global? São processos de dois caminhos – da articulação da sociedade civil mais organizada e em uma posição mais contundente na formalização mais estratégica. Há espaços em que não haverá consenso, mas devemos levar os pontos para se fazerem mostrar no debate internacional.



Ricardo

O papel da participação democrática aparece na governança não aparece de forma explícita, mas deve ser expressa desta forma.

Com relação a capacidade de influência da agenda na região ALC e do Brasil na agenda global. No Habitat II a única que levou um relatório foi ALC que influenciou na posição do Habitat II. China e África estão perguntando a ALC o que fizeram e o que não fizeram nos últimos vinte anos.

Foi finalizado um estudo comparado com A China e ALC. O informe regional deve contestar outra pergunta feita por outro continente.

Uma terceira forma é que o Habitat III ocorrerá em Quito, que terá um espaço especial – Chile e Equador, como organizadores, ampliará o papel da região na formulação da agenda.

Não se espera que haja um evento paralelo – concentração de esforços para fortalecer uma agenda única do país e na construção de um documento único. O processo levou a um consenso ou dissenso, mas o documento deve mostrar o processo – a metodologia mais que o resultado.

Debate / Perguntas:

Angel – Comunidade Mercado Sul.

Ocupação de espaços públicos. Chamar a atenção com relação aos Direitos Humanos, e o valor da cultura imaterial. O espaço como palco de atuação cultural.

Aldo Paviane

Brasília não é planejada. A criação de cidades satélites para ocupação de favelas é catastrófica. São Paulo perde população. A centralização é problemática. O que fazer – descentralizar para a Região Metropolitana em razão da terra disponível. Outro problema – baixo nível educacional.



Neila - MNLM

Preocupação do modelo econômico capitalista, acabar com os recursos naturais do território. Precisamos fortalecer o estado, participação do estado nas questões de infraestrutura, como o saneamento? Como se vê a transformação da política de desenvolvimento urbano a partir da criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano?

Eliartes (colaborador do movimento de Mulheres ao Direito a Moradia).

Programa FX2 passou mais de vinte anos para compra de 37 aeronaves. Se fosse dada agilidade, como ficaria a incorporação do conhecimento tecnológico e intelectual? Como se passou a transição da migração dos camponeses pós-Pinochet em termos de Política Pública?

Lurdinha

Encontro dos iguais. É difícil fazer pergunta aos iguais? Todos os anos de conquistas (Estatuto das Cidades, etc.) que culminou em agenda pública urbana brasileira, proposta de gestão pública compartilhada. O por que não foi implementando a gestão pública participativa? Os instrumentos? A entrega ao MCidades das atribuições? O modelo do Rio de UPPs e Territórios de Cidadanias? O Modelo é inexistente.

Betos

Debate – como a sociedade influenciará nessa agenda? O primeiro tema é se haverá um debate sobre a habitação ou sobre o direito a cidade? Segundo, se resume a concentração de riqueza? Sobre os instrumentos pós Constituição Federal – acreditava-se que o município faria uso dos instrumentos do Estatuto. Revisão da forma de relacionamento com os atores públicos e econômicos.

Bismark



Como debater a reforma urbana se não debatermos a reforma agrária? Priorizar a construção de casas nos grandes centros – ineficácia de execução do MCMV Rural. A universalização do acesso aos serviços públicos.

Assentamento Rural – internet, com lazer e transporte publico para estudantes. Necessidade de PP para os municípios de menor porte – dialogo com os movimentos populares das áreas rurais.

Cristiane

O seminário traz uma vertente forte da América Latina. Como levar em conta a posição da Amazônia Oriental, se a discussão resume a precariedade destes territórios?

Neide

Uma sociedade sem democracia. Qual o papel deste documento? Como traduzir o pensamento de quem convive e trabalha a realidade no documento elaborado. Como conselheira, gostaria de participar efetivamente no ministério, no que diz respeito à desocupação de áreas de interesse turístico em Piauí. A tecnicidade do plano como instrumento de planejamento.

Considerações Finais

Whitaker

Reflexão avançou em um mesmo sentido. Gostaria de ressaltar a questão do modelo urbano – a separação da casa e habitação. Sem abandonar a moradia, mas colocar a frente à questão do direito a cidade. Remete ao Márcio sobre a questão de modelo a cidade. A repetição do modelo da cidade de São Paulo para as cidades de médio e pequeno porte em termos de soluções de infraestrutura viária, de transporte e de habitação. No caso do MCMV, o modelo é único para todas as cidades – de pequeno e médio porte. A mudança de rumo na politica habitacional. Como seria possível o fortalecimento dos municípios – a discussão nos municípios é política. Há uma tentativa de se fazer uma polarização. Nenhum município utilizou os instrumentos do Estatuto da Cidade como elemento



estruturador do Plano Diretor – o grande desafio da frente para reforma urbana – o fundiário, o fortalecimento do estado, o macunamento entre as prefeituras e empreiteiras.

Pochmann

1. Perspectiva de descentralização foi contemporânea a um capitalismo que não existe mais. O capitalismo hoje é transnacional (as 500 maiores corporações do planeta são responsáveis por mais ou menos metade do que se produz). Há um desequilíbrio muito grande de as forças. Todo o esforço após 1980 de municipalização, ele não consegue (tributário – o município é responsável pela progressividade tributária. Na Alemanha – quem define as alíquotas é o nível federal, quem aplica é município).
2. Descentralização dos gastos. Os municípios não tem ossatura de implementação de Política Pública. O modelo de democracia era valido, agora, não mais.
3. Oportunidade da sociedade de serviços se apresenta. Oportunidade de pensar deslocamentos em relação às realidades distintas de trabalho. Arranjos distintos de trabalho possíveis em uma sociedade de serviço.
4. Necessidade de um sistema de defesa civil: a economia de guerra é em cima das Tecnologias da Informação e Comunicação. Não há possibilidade de haver capacidade de segurança e defesa sem um sistema de segurança de informação forte.

Evaniza

Tem três comentários:

1. Algumas iniciativas que precisam se combinar: ocupações por moradia, por cultural. Dar espaço para criatividade e produzir novidades, que sejam características da resistência a este modelo.
2. Demonstração da necessidade de respeito a diversidade as diversidades existentes e dos modelos adaptáveis a estas distintas realidades. A importância da relação entre os países do sul.



3. A premissa: não decretemos o fim dos conflitos da política. O que se pretendia com os instrumentos é redução das desigualdades pelo uso dos instrumentos, pode ter algum tipo de resultado se fortalecermos a capacidade local para implantação. O mesmo vale sobre os instrumentos de participação – como os conselhos. A disputa pelas migalhas! Principalmente em um cenário de restrição orçamentária.
4. Acredita no processo para construção de redes mais amplas e colaborativas. Os espaços oficiais e paralelos não se opõem, mas se complementam (no caso do Habitat III).

Ricardo

No caso de migração, os chineses elaboram um plano 2014 - 2018, eles vão mover 400 milhões de pessoas serão removidas do campo – cidade. Toda a urbanização melhora a média a renda da população, fechando a diferença entre o campo e a cidade. Uma urbanização forçada, que amplia a desigualdade intraurbana.

No Chile a PP de migração era retirar a ocupação irregular para a área rural. Após isso inventou-se o subsídio à habitação. Déficit não cresce, se estabilizou. O que ocorreu, de fato, um dos complexos foi demolido (após vinte anos), em razão da qualidade de construção, não houve solução para estes empreendimentos. Hoje se discute a demolição para construção.

O documento é um conteúdo como pacto, como criar eco ao processo de discussão. Um documento como construção política não foi realizado nunca, está sendo uma possibilidade.



Mesa 2 - Brasil e nova agenda urbana global

23 de fevereiro, tarde.

Painelistas: Ladislau Dowbor –Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Ana Maria Fernandes - Universidade Federal da Bahia (UFBA); Nabil Bonduki - Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana (FRENAVU); Junia Santa Rosa – Ministério das Cidades (MCidades).

Coordenador: Yuri Silva Lima – Conselho das Cidades

Relator: Renato Balbim (IPEA)

Ladislau Dowbor

Um problema central é de governança, de processo decisório. Não há falta de recursos. Precisamos questionar os usos. Na Suécia 72% dos recursos públicos vão para a instância local; participação que resulta disso é a decisão de alocação de serviços nos bairros. É muito mais fácil organizar sistemas participativos entre pessoas que conhecem os seus problemas. Na China o governo é forte politicamente, assim como as diretrizes centrais. Mas o orçamento central é (relativamente) pequeno. Trata-se de colocar as cidades para funcionar.

Governança passa pelo resgate da política, o que compreende o financiamento cidadão das campanhas eleitorais. Sobre o processo sinérgico de desenvolvimento. Falta de informação sobre o que compõe o setor dos serviços. Nos EUA os maiores setores da economia são os setores de serviços, como educação, saúde. Cultura também como setor importante. Isto institui novos eixos de transformação – serviços ligados à qualidade de vida são descentralizáveis: saúde é local, educação é local, segurança é local, arborização é local. É necessário investir na formação da população para compreensão da própria cidade. Porque não formar a população e estudar a própria cidade na



escola? Mas as elites precisam deixar de achar que os movimentos sociais são um perigo.

Podemos falar das 500 maiores corporações, mas os principais eixos da vida são descentralizáveis, apropriáveis pela comunidade, podem se transformar em novos processos, com qualidade de vida. Ai deve-se investir na qualidade da gestão local.

Exemplos sobre as contradições em São Paulo, em especial com relação a água e esgoto. Comentou sobre diversos exemplos na mobilidade, e na imobilidade.

Importante os processos participativos a partir daqueles que conhecem o lugar, que conhecem o bairro. Êxodo rural e falta de ajustes federativos.

Casos exemplares. Copiar é burro, mas não aprender com exemplo (e a experiência dos outros) é pior.

Passamos por um ritmo de urbanização dramático que impossibilitou fazer o conjunto de infraestrutura, sobretudo com a governança que havia. Hoje a tarefa é fazer a cidade funcionar. Cidade como (lugar de) oportunidade, cidades que já não crescem e que agora podem se repensar e se fazer funcionar.

O problema não é o automóvel, é seu uso e a falta de opção, no limite explora novamente a gestão, a governança, dando exemplo do carro livre em Paris.

Exemplo sobre o equilíbrio intermodal de transporte em Xangai / China. Há tecnologias e recursos, mas quem manda na cidade? Sobre os problemas do financiamento privado da política. Onde fica a bancada do cidadão?



Oportunidade da cidade é a mudança do sistema produtivo. O setor outros, ou seja, serviços representam 70% dos recursos, envolvendo desde educação, lazer.

Esse é o eixo empregador e gerador de riqueza, sem falar que há uma série de serviços que são automatizados. Esses serviços são o nosso cotidiano. No EUA 18,2% do PIB é saúde. A educação no Brasil agrega 50 milhões de pessoas.

Não há um processo, um investimento na melhoria da gestão, integrada. Isso já se falava há 40 anos. Formação de gestores, mas também formação da comunidade de reconhecimento do seu lugar. Exemplo: “minha escola meu lugar”. Dimensão organizada da participação, com uma população que entenda da própria cidade.

Democracia não é de graça, não é uma conquista gratuita. Um sueco médio participa de 4 associações ou fóruns.

Ana Fernandes

Gostaria de indicar iniciativas que possam ser articuladas / conectadas. Agenda internacional de conferências carregada em 2015: (i) financiamento do desenvolvimento (Addis Abeba) questão principal é definir os meios de implementação dos ODS – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; (ii) Cúpula ODS (Nova Iorque), dificuldade de acesso à informação, importância de o IPEA fazer articulação com os indicadores do Objetivo 11, documento que define a posição brasileira não traz nada sobre cidades, importância de articular junto ao Itamaraty; (iii) redução risco desastres (Japão); e (iv) Clima (Paris).

Que a questão do desenvolvimento não seja apenas uma questão climática. Que os acordos com a iniciativa privada sejam transparentes. Ênfase na participação da sociedade civil. Cooperação descentralizada, democracia, transparência, localizar a agenda (que a agenda tenha sentido no âmbito local); o



papel dos estados e municípios. Necessária articulação dos indicadores do Habitat III com as metas.

Formulação do chamado novo paradigma pelo Habitat 3 é regressiva: parte do princípio de que a cidade se funda em duas qualidades principais, quais sejam o respeito dos usos públicos e privados da terra, e um sistema bem coordenado de sistemas. Essa formulação deveria problematizar diretamente a função social da propriedade e da cidade como parâmetro para os usos públicos e privados da terra; e enfatizar a política de território, como sobreposição e interação de iniciativas setoriais, econômicas e sociais.

Ou seja, o novo paradigma é o da função social da propriedade e da cidade e de políticas públicas territorializadas. Documento do MINURVI em 2013 reafirma o direito de acesso à cidade, o que já é alguma coisa. Sobre a captura (privada) das formas de regulação públicas. “Acelerar a produção do comum, pelo comum e em comum” e fazer com que a pauta do direito à cidade possa invadir normas como as das PPP – Parcerias Público-Privadas (hoje prevê única audiência pública, para validar os termos como será feita).

Direito à cidade se anteceder a definição de políticas econômicas e sociais (não apenas ajustes e compensações). O Direito a Cidade deve estar a montante, e não a jusante. Existem Cartas do direito à cidade desde 1992 até 2005, incluindo-se Plataforma global do direito à cidade, objetivos da coalização internacional pelo Habitat.

É importante tensionar o cenário internacional para buscar implementar o direito à cidade. Formular o conceito de resiliência de modo a vinculá-lo ao direito à cidade (redução da vulnerabilidade, desconcentração e esperança), trazendo a questão da tecnologia e da cooperação sul-sul (neste sentido a ideia de direito a cidade, pressupõe a maneira de fazer as coisas, a ordem delas e sua hierarquia).



Júnia Santa Rosa (MCidades)

A agenda do MINURVI e preocupações com sua institucionalização (Itamaraty não tinha conhecimento). Discussão de a quem servem os indicadores que estamos propondo. “Criminalização da HIS” ao criticar o MCMV [No mais, agenda [própria] de desenvolvimento institucional e internacional].

Debate importância dos governos locais sem definição do papel do governo federal não caminha.

Crítica ao primeiro indicador de vida na cidade que seria o número de pessoas vivendo em assentamentos precários. Se admitir esse indicador nos últimos dez anos aumentou 6,8%. Ha que se pensar a qualidade do investimento.

Falta de transparência, de participação no investimento. Os indicadores devem propiciar uma posição do sul em relação às metas. Pergunta: a quem serve determinados indicadores que estamos escolhendo? Precisa organizar uma agenda do Brasil.

Necessidade de trabalhar com universidades. Pensar investimentos urbanos e seus impactos na qualidade de vida como um todo. Exemplo das cidades do sul global não encaixa com a coisa da densificação. Ver países como o México Chile e outros com os quais temos afinidades de uma agenda urbana incompleta.

Nabil Bonduki (Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana)

Em 1976 com a questão do estado muito forte e o estado militar criou um sistema poderoso de urbanização, inclusive de planejamento urbano. Isso num momento de violento processo de crescimento urbano.

A mudança do rural para o urbano foi não apenas física. A população rural no Brasil vivia num abandono muito grande do ponto de vista da saúde,



educação, infraestrutura, água, habitação, e conquistou direitos que não se tinha. Isso gerou obviamente uma enorme demanda ainda não resolvida.

No Brasil vivemos um desmonte dessa estrutura dos anos 1970. Depois em 1996 se colocou uma pauta urbana no Brasil que foi debatida com muita força a questão da participação e experiência municipais, urbanização de favelas, reconhecimento da cidade real. As cidades não eram nem reconhecidas.

O Brasil teve um papel de muito protagonismo em 1996. Tivemos o OP como eleito como uma melhor prática. Ali uma combinação, não sabemos se perversa ou interessante.

A partir da ideia de enfraquecimento do estado / estado mínimo – vieram praticas autogestionárias. A participação da sociedade vinha como certa compensação para o neoliberalismo que veio com força.

No Brasil a ideia do MCidades vem de uma percepção de que a questão das cidades não viria somente da habitação, de uma critica ao BNH. Vários instrumentos que foram criados no Estatuto da Cidade, buscando superar um determinado modelo. Tivemos no governo Lula e Dilma os marcos nacionais de habitação, saneamento, mobilidade.

A experiência brasileira não pode desconsiderar esses avanços e isso é muito importante, embora tenham sido insuficientes ou não tenham sido capazes de dar conta dos problemas.

O que acaba acontecendo a partir da metade da década passada? Cerceou-se uma certa capacidade local de dar respostas específicas e próprias para os problemas habitacionais e das cidades. Não sei se foi a própria política nacional. O poder local perdeu a capacidade de inovar.



Em São Paulo, com as tentativas de um novo modelo de cidade, o PD aprovado, a potencialidade que pode existir nos governos municipais. Em que medida o poder local perdeu essa capacidade e num momento em que havia muito mais recursos do governo federal?

Os investimentos que foram muitos no passado, outros países em processo de urbanização vão vivenciar isso. Nossa experiência pode ser uma experiência importante. Nós erramos na questão fundiária e na questão do planejamento associado a questão fundiária.

O novo paradigma exige uma valorização do espaço público. As metrópoles nos últimos 50 anos não valorizaram o espaço público. Quando a Prefeitura de São Paulo tem uma política de valorização de espaço público. O que acontece é que não temos espaços públicos.

O exemplo da Vila Madalena que não tem espaços públicos (no Carnaval), mostra que não temos espaços públicos mesmo. Sem responder a uma primeira leva de lutas pelo direito a cidade já estamos vivendo uma segunda pauta de questões urbanas que nossas cidades não estão com capacidade de resolver.

Outro exemplo é o espaço viário. Porque nosso processo de urbanização foi desenvolvido de forma absolutamente limitado. Os pancadões que acontecem no meio das periferias têm a ver com falta de espaços públicos (e tem a ver com juventude).

Neste sentido, acho que temos uma experiência muito expressiva para ser levada para o Habitat III e, por um lado, uma experiência institucional importante. Não podemos nos colocar no mesmo plano com outros países. A discussão federativa é muito específica no Brasil. Daí a ausência do Estado.



A experiência nossa desse período todo, dos últimos 30 anos. Experiência municipal, nacional e a crise atual é fundamental. Porque crise? Porque eu acho que depois de passar por essas duas experiências importantes (protagonismo do poder local e depois protagonismo do poder central, com esvaziamento daquele) não conseguimos ainda fazer o dialogo entre as caixinhas – inclusive o MCidades. Até nossa experiência de urbanização de favelas não consegue responder a certas demandas.

Nossos fundos são muito fragmentados. Não tem dúvida de que nossos fracassos e avanços de transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, esse processo pode ser muito importante e expressivo para que se reflita.

Se hoje temos 54% de população urbana no mundo – e é relativamente baixo. Hoje é China e Índia que estão olhando para o Brasil. Portanto uma avaliação critica que olhe para os avanços e os refluxos por aqui é muito importante.

Para finalizar temos que colocar um novo modelo de desenvolvimento urbano. Esse modelo que temos não se sustenta quando a população não tem acesso aos bens que são essenciais. O modelo urbano (atual) foi construído para se ter carro. Se todos tiverem um carro. Casas. Se todos tiverem uma casa no padrão, esse modelo é insustentável.

Se nos próximos 20 anos o mundo seguir nosso caminho o mundo não aguenta – temos que ter uma mobilidade diferente. Política de mobilidade, uma política de resíduos, que pense a questão da função social da propriedade, que combata a especulação. Modelo que garanta a recuperação de investimentos, que pense a recuperação social. Um modelo que reduza a desigualdade urbana e que viabilize investimento nas áreas periféricas.



Pensar o subdesenvolvimento como uma oportunidade para se desenvolver de outra maneira, seguindo outros modelos! Combate ao modelo de especulação. Um modelo que garanta a recuperação e redistribuição dos investimentos. Avanços na proteção social, sobretudo na terra. Um modelo que reduza a desigualdade priorize investimentos nas áreas pobres.

Temos muito a contribuir no relatório, temos que tensionar, sim. Temos no Brasil avanços que poucos países no mundo, têm. Inclusive do ponto de vista político de participação. Não temos que ter uma visão que andamos para trás, nós fomos para frente, não significa que estamos bem, mas significa que temos muito que levar (da nossa experiência para outros países).

Ladislau Dowbor

Falando dos avanços sociais nos últimos anos. Mas temos com avançar muito mais, olhando para frente e não criticando apenas o passado.

Carlos Comasseto

Destaque para os avanços que tivemos. Sobre o conservadorismo das políticas urbanas. Continuidade do processo do Habitat, sobretudo organizando os governos locais.

Renata

Conhecimento para o processo de desenvolvimento local e empoderamento. Ruptura de diálogo entre a educação e o urbano. Reflexão sobre o lema do atual governo como pátria educadora.

Nazareno

Violência no trânsito de 40 mil a 60 mil pessoas morrem ao ano – ausência de estado, omissão. Agenda ambiental urbana.

Juliana – SDH/PR



Direito habitação e ocupação, espaço público são direitos básicos na cidade.
Público mais vulnerável é a população de rua

Junia Santa Rosa- (MCIDADES)

Modelo de gestão, modelo de aprovação são questões a serem levantadas.

Nabil

As análises MCMV não podem ser isoladas. Temos que olhar os resultados também.

Necessário um diálogo do local com o nacional para que as políticas consigam ser implementadas e efetivadas. Experiências a serem levadas: alguns PDEs e outras políticas setoriais. O conflito deve ser levado, experiência das bikes em São Paulo. As tensões e pressões são dinâmicas específicas do Brasil e elas dão certo resultado.

Ana Fernandes

Experiências de PPPs são desastrosas a não ser para a acumulação do capital. Deve questionar sobre esses instrumentos: fortaleceu a sociedade? Promoveu acesso a cidade? Ampliou a base social da produção? Várias perguntas para dizer que se houver vários sim poderia se levar a experiência, até porque não há nenhuma que seja boa em tudo.



Mesa 3 Acordos internacionais: agendas socioambientais e as cidades

24 de fevereiro – manhã

Painelistas: Carlos Klink - Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Jose Marengo – Centro de Ciência do Sistema Terrestre do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – (INPE); Léo Heller - Professor da UFMG e Relator Especial da ONU para o Direito Humano à Água e ao Saneamento.

Coordenador: Alexandre Ghisleni Ministério das Relações Externas

Relator: Cleandro Krause (IPEA)

Alexandre Ghisleni

Saudação inicial, momento de grande aprendizado. Interrelação entre nova agenda urbana e os acordos internacionais. Parabéns aos elaboradores da ementa. Há grandes desafios a cumprir nesta mesa, tema para discussão por mais do que três horas. Reconhecimento da presença de especialistas da área ambiental, trazer os três pilares do desenvolvimento sustentável para dentro da agenda urbana. Passou a palavra ao Dr. Carlos Klink.

Carlos Klink

O Brasil tem tratado do tema da mudança de clima de forma bastante séria, tem avançado bastante. 2015 é ano essencial para a discussão do tema, em função da conferência do Clima em Paris. Em Copenhague 2009, o Brasil deu um passo ambicioso no controle das emissões e para o desenvolvimento com baixas emissões de carbono. Foi apresentado cinco planos e, de lá até hoje, conta com nove planos setoriais dentro da Política Nacional de Mudança do Clima. O país



controlou o desmatamento, através de coordenação de políticas, e não só como questão ambiental; cuidado com o que sai na mídia, ver dados do INPE.

Em 2013, houve a aprovação de 4 novos planos, incluindo o primeiro plano de adaptação, relativo à saúde pública, e também plano para transporte e mobilidade urbana. A ambição deste plano não é iniciar políticas novas e sim coordenar melhor as políticas existentes. A política não acabou, vai até 2020, a expectativa é alcançar a meta de redução de emissões, mas o Brasil olha além da meta (2025). Tema importante para o debate do Habitat é o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, cujo plano de trabalho foi aprovado em 2013. Tema da adaptação é importante para as cidades, tem características locais. O plano tem recorte de 10 temas, incluindo energia, transportes, cidades e indústrias (compõem um grande tema de infra-estrutura), tratados não só pelo governo. Por exemplo, Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentou proposta de adaptação da indústria. Em 2014 foram operacionalizadas redes temáticas.

O objetivo geral é criar indicadores para avaliar riscos e vulnerabilidades, e criar planos de ação para atacá-los. Além do plano nacional, teremos capítulos setoriais até março¹. O Ministério do Meio Ambiente recebeu muitas contribuições da sociedade (setor privado e academia). Lembrando que a adaptação não olha só redução de emissões, e não é só política ambiental, mas olhando para o desenvolvimento econômico e social do país, inclusive os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Há necessidade de participação de todos os ministérios envolvidos. João Alencar apresentou brevemente o que o Ministério das Cidades tem feito: transporte não-motorizado e transporte de alta capacidade, ganhos para os usuários e redução das emissões; intenção de realizar duas revoluções: mudança de matriz modal com transporte público predominante, e mudança de matriz energética relacionada com o transporte público (por não utilizamos mais o gás

¹ Integrar o relatório do Habitat



natural). Mobilidade urbana deveria ser reconhecida como de interesse social (exemplo de Lima, Peru, onde a frota de BRT é movida a gás natural).

O plano setorial tentou incorporar este espírito. Retomando: quando foi aprovada a política, constituiu-se o Fundo do Clima, com dois braços: investimentos do BNDES (primeiro empréstimo, no setor privado, foi em mobilidade urbana, no Rio). O primeiro investimento do Banco foi justamente para um projeto de mobilidade. E outro braço que são doações para academia e sociedade civil, 96 a 97 milhões, especialmente para adaptação no semiárido, questões de seca.

O Comitê gestor do fundo tem representação de cidades. Além da política nacional há 17 políticas estaduais de adaptação já aprovadas, e alguns município, o que é interessante, mas traz maior dificuldade de harmonização de políticas. Operacionalizar é um trabalho bastante difícil.

Alexandre

Reconhece adaptação como tema importante para os debates, passou a palavra para José Marengo

José Marengo

Climatologista, trabalha com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) há alguns anos, e também com o painel brasileiro de mudanças climáticas. Trabalhando no Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) com mudanças climáticas. Talvez o melhor caso sobre desastres naturais seja a seca na cidade de São Paulo: com as tempestades há alagamentos, mas não há água potável. Como se explica isso? As projeções dos modelos do IPCC sugerem que esses eventos serão, ou já são, mais intensos. Não precisamos esperar 50 anos para aprender.



É uma situação que mostra que não existe adaptação: não é a primeira seca, já ocorreu em 2001 e agora os problemas persistem. Com o plano de adaptação, poderemos superar políticas setoriais. Na COP em Paris, espera-se compromisso internacional, global, de redução de emissões.. Há um estado que afirma que tem emissão zero. Mas, como climatologista, sabe que pode receber impactos de emissões de outros estados, ou seja, todos devem fazer a sua tarefa; deve haver compromisso internacional. Mudança climática é real.

Política de reuso de água pode ter impacto na saúde. Água dessalinizada não é boa para beber, precisa ser misturada com água potável; essas soluções devem ser discutidas. São Paulo é caso de laboratório: pessoas estocam água em casa, o que favorece a proliferação do mosquito da dengue; enchentes urbanas e exposição à leptospirose.

Valem as mesmas respostas que já deu em 2001. Vulnerabilidade e exposição nem sempre têm a ver com o clima, mas em eventos climáticos extremos, sim. Desastres naturais acontecem onde há maior concentração de população. Mudança do clima também ocorre por ilhas de calor, causadas pela urbanização; se chove muito em um lugar, falta em outro. No Nordeste, existe a cultura da seca, com carros-pipa, o que é estranhado em São Paulo, em áreas ricas. Carro-pipa é “adaptação instantânea”, um “quebra-galho” do momento. São necessárias políticas para alertas antecipados para chuva, seca etc.

O Governo deve dedicar recursos para adaptação, não se devem esperar por fundos de compensação de países poluidores, ou seja, isso deve ser considerado dentro do Plano Pluri Anual. Caso contrário, mortes continuarão, preços dos alimentos aumentarão etc. O IPCC projeta problemas sociais para o futuro: falta água e energia, que são serviços pagos, em algum momento serão gerados movimentos sociais e, em certos locais, passa a ser problema de segurança nacional. Migrações em função da seca - “refugiados hídricos”. Soluções de momento não funcionam, é necessária política de longo prazo. Recursos naturais não são permanentes. O problema do Brasil não é a falta de água, e sim mau gerenciamento. Vocês como usuários, devem desenvolver



espírito de crítica. Importância, na academia, de produzir ciência que tenha aplicação para o governo. População deve reclamar isso aos cientistas (“você sabem, devem resolver”).

Léo Heller

Importante à preparação do país para desenvolver a discussão de forma participativa. Importância de estar atento ao que acontece fora do país. Há timidez no Brasil neste sentido, especialmente pela pouca participação da sociedade. Na qualidade de relator especial da ONU, nomeado pela Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas em novembro de 2014 com o mandato de 3 anos, renováveis por mais 3. A ideia hoje é ser descritivo, compartilhar o que significa o processo do direito humano à água; após, articular com participação no Habitat.

Há outros relatores, como a relatora do direito humano à habitação, da qual sugere aproximação. Todos conectados com esta discussão. A Declaração dos Direitos Humanos (DH) de 1948 é o principal documento que define os direitos, primeiro os direitos civis e políticos dominam a ideia dos DH. Em segundo momento, os direitos econômicos, sociais e culturais, resolução de 1966 passa a olhar para os direitos em linha de igualdade. Após, direitos mais difusos e coletivos, relacionados à fraternidade, como o direito à água.

O Direito à água vem dos direitos econômicos e sociais. Em 2002, o comitê dos Direitos Econômicos e Sociais elabora Comentário 15, que define claramente o que é o direito à água, com conteúdo normativo; não se pode falar apenas do direito à água, mas deve incluir o direito à participação etc. Em 2010 a ONU aprova resolução sobre direito à água. O Brasil foi um grande apoiador (a Bolívia apresentou a sua proposta).

Isso traz ao país obrigações, e direitos aos cidadãos, caso sintam que o direito está sendo violado. Mas a legislação brasileira ainda não consagra este



direito de forma explícita. Há duas PECs tramitando, que incluem o direito à água entre os direitos sociais. Há consenso internacional.

A Função de relator especial é criada em 2008, Léo é o segundo relator. Primeira relatora colocou bases da relatoria, incluindo visita ao Brasil, “saí do país com dois gostos, um doce, outro amargo” - importante pensar o Brasil com essa dupla realidade.

O Plano Nacional de Saneamento Básico (PlanSAB), mostra que 40% da população tem acesso não adequado à água, e 60% sem acesso adequado ao esgotamento adequado, considerando definição mais rigorosa de acesso. O PlanSAB não opera muito bem o conceito do direito à água, mas esses dados são bons indicadores. O Brasil não necessariamente será penalizado por isso. A resolução não implica que o direito seja cumprido imediatamente, mas deve haver esforço para cumprimento progressivo do direito, e não se aceitam retrocessos.

Acessibilidade cultural: não se aceitam soluções tecnológicas das quais a população não se aproprie.

Acessibilidade financeira: cobrança pelos serviços não pode trazer falta ou retrocesso do acesso.

Aceitabilidade: privacidade no esgotamento sanitário - soluções coletivas afastam as mulheres e trazem consequências para a dignidade.

Os Princípios do direito à água são: não discriminação e igualdade - tem procurado olhar para a crise pela lente do direito humano. Assim, se medidas de controle do consumo, os mais vulneráveis pagarão mais caro pela crise. Portanto, medidas contra a crise não podem ser universais; problemas na saúde dos mais vulneráveis podem levar a problemas de saúde coletiva.

Segundo princípio: transparência e prestação de contas, participação: medidas “técnicas” devem contar com consulta. Quadro mundial sobre acesso à água: monitoramento dos ODM: 800 milhões sem acesso à água e 2 bilhões sem



acesso ao esgotamento sanitário, conforme programa de monitoramento Unicef. Conceito é de “acesso melhorado”, definição muito permissiva, por exemplo, incluem torneira pública, tipos de fossas em áreas urbanas que podem ser rudimentares, sem privacidade e segurança sanitária. Conceitos mais restritos mostrariam diminuição do acesso.

Metas internacionais pensam no conjunto e raramente monitoram desigualdades²; mas o último relatório tem formas de desagregação que permitem ver desigualdades. Números não falam em qualidade da água, privacidade, desconexão, comprometimento de renda com o serviço.

Mas os ODM falam que o mundo cumpriu sua meta do acesso à água e está muito longe de cumprir a meta do acesso ao esgotamento; se formos mais estritos (no entanto a coisa pode ficar diferente). Os ODS estão sendo negociados, com pouco espaço para alterações. Alguma chance em discussões de alto nível (Itamaraty, não técnicos de áreas setoriais).

O Objetivo 6 trata da disponibilidade e gestão sustentável da água. Primeiras metas muito ligadas ao direito à água, tratando de acesso universal e equitativo, mas com várias interpretações possíveis - discussões embutidas nos indicadores, mais um ano para isto, luta política tão importante quanto aquela sobre objetivos e metas.

Mantém-se o conceito de “acesso melhorado”, mas pessoalmente acha que o patamar deveria ser melhorado. Meta para o esgotamento sanitário é terminar com a defecação a céu aberto, prática que se mantém no Brasil. Discussão aberta sobre “acesso”, “equitativo”, “para todos”, termos presentes. Enorme ligação sobre essa discussão e o direito à moradia, direitos indissociáveis.

Agora uma provocação ao Itamaraty: o Brasil poderia ter maior protagonismo nesta discussão; é reclamação que vem de atores internacionais, é necessária liderança na AL, o Brasil poderia ter essa liderança.

² Esta noção é muito cara para o nosso relatório.



O Conceito de direito humano poderia estar mais incluído no Objetivo 6, talvez nas metas, talvez nos próprios indicadores. Olhar para as desigualdades e reduzir brechas progressivamente. O Brasil tem ótimos exemplos para mostrar, esforços institucionais que são referências (LNDSB, PlanSab, investimento crescente e mais estável ultimamente). Há o que mostrar. Mas há também problemas, precisa aumentar a capacidade de reconhecer que há o que avançar. Falta integração da política de saneamento com as de desenvolvimento urbano e saúde. Ainda não se constitui uma política pública de fato, financiamentos têm pouco diálogo com o Plano e pouca participação social. População sem acesso, especialmente população rural. O Brasil pode alavancar boas discussões sobre água e esgoto. O olhar do direito humano sobre isso requalifica a discussão, um alerta para dimensões que geralmente passam despercebidas. Inserção mais substantiva do Brasil na discussão.

Alexandre

A ideia por trás deste seminário é poder dar ao Brasil um papel relevante. O Executivo estará representado na delegação para Habitat III, e também a sociedade civil. “O senhor é relator da ONU, não do Brasil, continue provocando”. Algumas bases para apresentar na discussão: aprovação da agenda pós-2015, partes que dizem respeito à agenda Habitat estão em mais de uma parte, assim como o Objetivo 11, com 7 metas: habitação adequada, acesso a transportes públicos, aumentar participação, salvaguardar patrimônio, reduzir mortes e afetados por catástrofes bem como perdas econômicas, reduzir impacto ambiental das cidades, aumentar o acesso a espaços públicos verdes. Metas ainda não definitivamente aprovadas.

Ainda não sabemos o conteúdo final, mas não há muito espaço para mudar o que há, caso contrário haverá “rebelião” nas Nações Unidas. As Metas são copos meio vazios, meio cheios. Meio cheio: visibilidade para os temas de urbanização que não havia na ONU, “especificidade e ambição” que não havia.



Copo meio vazio é menor: todas as metas são estipuladas como compromissos de políticas públicas, não são direitos. Há enfoques complementares para analisar temas da urbanização: como políticas e como direitos. Nos ODS, há avanço em termos de políticas públicas, não de direitos. Mas não é falha, este é o propósito da agenda pós-2015. Uma vez consolidados os ODS, o que podemos construir no Habitat III: falta que é o enfoque de direitos. Toda a discussão sobre o direito à cidade - não podemos pensar apenas nos serviços públicos que o estado tem que prestar (direitos econômicos e sociais), mas há outra dimensão na urbanização que são os direitos civis e políticos: mulheres podem dar depoimentos de como sentem as questões da urbanização, que podem ser diferentes das visões dos homens.

Como adaptar as cidades para a realização dos direitos dos idosos, dos jovens e das crianças. Não que a cidade, em si mesma, seja racista, mas a segregação socioespacial reflete a discriminação racial - a narrativa geral das populações tende a ser diferente.

DEBATE:

Roberto Carlos, de Uberlândia, deficiente visual e conselheiro municipal.

O Desmatamento continua por conta de criação de gado. Mortes por falta de água potável. Lembrança do segmento das pessoas com deficiência, coisas devem ser adequadas a elas, não elas às coisas. 25% da população brasileira tem algum tipo de deficiência.

Joísa, Ministério do Meio Ambiente.

Discussão passa pelo direito socioambiental. O Olhar da classe média sobre os pobres e sobre a política pública com reflexos na pobreza. Para a classe média, é



como se pobre não tivesse direito à preguiça, à inveja. Políticas de exigibilidade dos direitos não conseguem atravessar barreiras culturais. Processo de formação e esclarecimento de populações pobres e vulneráveis falhou e é necessário, por exemplo, rodas de conversa.

Isabela, de Mauá/SP.

Racionamento é realidade, bairros ficam sem água por longos períodos. Representantes municipais tentam reunião com governo do estado de SP e Sabesp e não conseguem. Quer saber sobre quais parcerias poderíamos ter com cidades de outros países, que já tenham sofrido crises, para soluções imediatas. Como o MMA vê a relação dos municípios com a extinção dos lixões; usinas de incineração são uma boa proposta? Há alguma cidade que trate 100% do lixo, e esse exemplo será levado para Habitat III?

Carlos Klink

Desmatamento na Amazônia passou a ser questão policial; Fundo Clima tem investido na região da caatinga para reduzir desmatamento por conta da produção de gesso. Aterros sanitários é tema de outra secretaria, mas se compromete a passar o contato; há exemplos muito bons sobre aterros sanitários e soluções, conforme apareceu ano passado na Conferência Nacional de Meio Ambiente. A respeito da fala de Léo Heller, sobre coordenação de políticas, esforços por destravar isso dentro dos ministérios. Aplicação de lente de mudança do clima sobre o PPA: qual investimento em adaptação já acontece? Também atuará na elaboração do próximo PPA.

Léo Heller



Direitos humanos se aplicam às três intervenções – pessoas com deficiência merecem um olhar mais cuidadoso; medidas de contenção à crise podem colocar mais dificuldades para certos públicos; não ter banheiro gera maior estigma para os pobres. Princípios da transparência, da participação e do planejamento são fundamentais para o abastecimento de água, e devem ser utilizados. “Crise não é hídrica, água não tem culpa, a crise é de planejamento”.

Alexandre

Reconhece que deveria ter colocado pessoas com deficiência na lista.

Saulo

Falta de água em longo prazo é uma realidade? Há algum estudo sobre utilização de água do mar?

Donizete

Pergunta a Léo: mora em SP desde 1974; falta de água não é pela falta de água. Falta gestão pública para captação de água; Sabesp abriu capital na Bolsa de Nova Iorque. Questão socioeconômica: bairros ricos têm estruturas como piscinões e a água pluvial é jogada no rio. Água há, o problema é captar e tratar para distribuir à população.

Eduardo

Cisternas no Nordeste, até que ponto são significativas no acesso à água? Desmatamento de Mata Atlântica bate recorde em Minas Gerais.



Marengo

“Crise hídrica” é termo técnico correto. Mas é importante examinar os motivos para a falta de água. Para quem paga água, deve receber o serviço. No Peru há protestos e reclamação pelo direito. Uso de água dessalinizada só para águas costeiras, e com controle público. Água subterrânea também pode faltar por regime de chuvas. Água não é apenas a chuva, e sim todo o processo.

Léo Heller

Água não acabará no mundo. Ela não “é”, ela “está” e circula permanentemente no planeta. E falta em SP. Desmatamento faz com que menos água seja retida nos mananciais. Dessalinização é muito cara e exige manutenção, Barcelona está reduzindo - é uma dentre várias possibilidades, assim como utilização de água da chuva, etc. Sugere ler o relatório que Catarina Albuquerque, relatora da ONU anterior, a respeito da transferência de recursos aos acionistas versus falta de cobertura/atendimento, em termos de violação do direito. Uso de água da chuva em áreas urbanas é possível e poderia reduzir a pressão por uso de águas superficiais. Importante diversificar as fontes de água.

Leticia Osório

Apoio à Plataforma Global do Direito à Cidade e, em nível global, para levar o tema dos direitos humanos à agenda Habitat. A discussão dos ODM não esteve adequada aos direitos humanos.

Dentro do Habitat, o direito humano é um programa, e não uma abordagem que perpassa todas as políticas da Agenda. Investimentos públicos, como da copa do mundo, violam direitos. Quem é o responsável por implementar as medidas? *Accountability*? Discussão do acesso aos serviços, com qual qualidade, sendo que direitos humanos trazem “standards” que devem ser seguidos. Como as populações conseguirão reter os benefícios? Solicitação ao governo brasileiro: o



“Estado das Cidades” utilizava indicador de segurança da posse, que não é utilizado atualmente, e indicador deveria voltar a ser feito pela ONU.

Ana Fernandes

Pergunta sobre o processo de preparação dos ODS pelo governo - qual o grau de penetração do direito à cidade no Itamaraty? Vários elementos atinentes ao direito à cidade não aparecem no documento final. Importante compreender processos de consulta à sociedade, elaboração documental etc. Seria bom sistematizar o conjunto de documentos produzidos em reuniões internacionais, e deixar mais explícita a posição do Brasil. Sobre a água: como se trata a questão do uso industrial e agrícola, quais são os maiores consumos. Por que só a ênfase no consumo humano?

Julieta

Pobre e militante em SP. Crise hídrica é falta de água às 2 da tarde, não ter caixa d'água etc. Programa de saneamento no Conselho das Cidades levou cinco anos para ser aprovado. Economia de água já acontecia antes, mas governos só procuram apoio agora. Parques públicos criados com participação popular: desaprova intenção de governo de cobrar pelo uso.

Alexandre

Meta sobre áreas verdes trata de cobrança pelo uso em outros países, não é o caso do Brasil; documento é consenso de 192 países, não a posição brasileira. Não existe reconhecimento intergovernamental do direito à cidade; talvez seja a grande contribuição do Habitat III colocar a questão do direito à cidade na agenda de todos os governos. Direito à cidade não estar presente nos ODS: não



significa que o direito à cidade não estará presente na agenda futura. Não participou do processo de elaboração dos ODS, mas poderá buscar informações.

Léo

Direito humano pode ser uma ideia-força importante tanto para os ODS como para o Habitat III. Há uma diferença entre ODM e ODS: manifestação extensa do Secretário-Geral da ONU sobre os ODS, em que aparece o tema dos direitos humanos, várias vezes. Difícil pensar em indicadores de desigualdade, mas se pode monitorar a desigualdade em vários indicadores; lembrar que é possível cumprir metas, de modo geral, e aumentar a desigualdade. Mandato do relator da ONU é olhar para a água para consumo humano, e menos para outros usos; mas relator pode reagir nos casos em que outros usos trazem insegurança para consumo humano... Parte dos problemas de stress hídrico podem ser devidos a usos agrícolas e industriais. Medidas de punição por altos consumos devem ser olhadas com cuidado, pois população pobre já faz algum esforço de economia e pode retirar água essencial.

Paula

Direito ao saneamento tem foco mais forte em água e esgotamento, e de modo mais disperso sobre resíduos sólidos e drenagem. Os Resíduos são questões que perpassa várias políticas setoriais, e requer entender lógicas de produção e consumo; medição leva muito em conta a cobertura dos serviços; sugere fortalecer o debate quanto aos impactos sobre grupos vulneráveis. Padrão de distribuição e consumo não se altera, logo há dificuldade de alinhamento de diretrizes da política. Olhar mais holístico sobre o tema.

Rosália



Mudanças climáticas por desmatamento? Dificuldades de denunciar desmatamento por causa da violência e descrédito no papel do governo (licenciamento). Desmatamento para construção de hidrelétricas, crimes que o governo não considerou no licenciamento ambiental; outras consequências, como prostituição, DST etc. Necessidade de investigação mais precisa na região. Cheias do rio Madeira e falta de atendimento aos desabrigados, situação caótica no estado de Rondônia, consequências de obras mal planejadas. Discutir questões da Amazônia, em profundidade.

União de Moradia Popular, Paraíba.

Melhoras na área rural com cisternas e dispositivo de coleta de água da chuva. UNMP está fazendo projeto para necessidades dos indígenas. Pede mais atenção aos indígenas.

Alexandre

Povos indígenas são grande preocupação e estão presentes na agenda.

Ildes

Vários problemas estão lá. A Sociedade do conhecimento precisa valer para todas as instâncias. Pede à mesa que comente sobre lançamento de água de lastro em portos brasileiros. Sugestão de lançar programa sobre “cidades educadoras”.

Vereadora de Juína

Debate aqui deveria ser sobre habitação. Habitantes do MT foram incentivados a migrar para lá. Diversos problemas sobre regularização fundiária, assunto primordial. Déficit habitacional nos municípios de MT - importância de



regularizar o que já existe. Várias necessidades de água, mas falta de direcionamento desse uso.

Francisco Comaru

Há demandas ainda muito graves, ainda que tenhamos avançado nos últimos anos. A Cultura **do “curto-prazismo”**, tendência de considerar tudo urgente e atropelar o que foi planejado. Ação do estado (Vancouver), gestão (Istambul) e agora políticas neoliberais, políticas pró-mercado e o debate da resiliência. A questão do saneamento mostra que mercado não conseguirá resolver. Quais as chances dentro da ONU de discutir soluções pró-mercado e pró-estado? Há como colocar posição brasileira em que o estado seja o ator central? Setores conservadores da sociedade e educação urbana e cidadão. Há chances de fazer ações mais articuladas, para levar mais informações à população?

Cristiane

Mesmo com o imenso recurso hídrico disponível, não há água potável. Percepção das mulheres sobre dificuldades de acesso à água e problemas de saúde resultantes. MCMV tem água, não precisa carregar na cabeça; e tem tratamento de esgoto. MCMV é lição sobre qualidade de vida. Mas conta de água é desproporcional ao valor da prestação do financiamento; não pagamento de contas altas; companhia de saneamento francesa no AM.

Marengo

Desmatamento é uma das causas de mudança climática, em todo o mundo, assim como a queima de combustível fóssil. O que está acontecendo neste momento: as causas são as mesmas, mas os efeitos são diferentes, em diferentes lugares.



Léo

A fala da Cristiane é uma boa síntese da questão da água. Existe uma distância entre a água na natureza e a água na casa. É inevitável que o estado esteja fortemente presente. Recuperação total de custos não é verdade em algumas realidades, como regiões remotas, cidades pobres, que exigem algum mecanismo de transferência de recursos, subsídios (cruzados ou não). Não representa a ONU, tem mandato independente e percebe que a ONU não é homogênea, e não tem uma posição de como fazer (o cumprimento de metas); há órgãos pró-mercado, outros não. **No caso do saneamento, colocar apenas na mão do mercado aumentará o fosso entre quem tem e quem não tem.** Direito humano aprovado é apenas para água e esgoto. E não incluir os resíduos sólidos no direito à cidade traz uma visão parcial.

Alexandre

Encerrando, diversidades de posicionamento são encontradas aqui e serão encontradas em todos os lugares. O Itamaraty trabalhará para que haja confluências.



Mesa 4 – Governos Locais: redes e cenários Internacionais

24/02/2015 – 14h30

Painelistas: Sergio Barrios – Diretor de relações internacionais de Rosário (Mercociudades/FMDV); Vicente Trevas – Secretário Adjunto de Relações Internacionais e Federativas da Prefeitura de SP; Vicente Loureiro – Coordenador da Câmara Metropolitana de Integração Governamental do Rio de Janeiro; Luiz Lazaro Sorvos – Prefeito Municipal de Nova Olímpia/PR.

Coordenador (a): Gerson Luis Ben –Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

Relator: Bárbara Marguti – (Ipea)

Gerson Luis Ben: “fazemos parte do grupo de trabalho para definir as estratégias brasileiras rumo ao Habitat III. Somos responsáveis pelas relações do governo federal nas relações federativas e, portanto, pela articulação com as cidades e com estados. Todos aqui somos entusiastas deste tema”.

Deseja um proveitoso Seminário.

Apresenta e passa a palavra para:

Sergio Barrios

Transmite a satisfação em ver como se inicia o processo de abertura à formação de uma posição nacional do Brasil a partir de eventos como esse. Importante abertura de maneira democrática e participativa. É um desafio interessante, merece destaque a qualidade da estratégia do governo brasileiro em sua iniciativa ao convocar tantos atores diversos, incluindo redes que vão além do Brasil para integração regional.

Brasil é o primeiro país que abre esse processo de consulta, de formação de uma posição, envolvendo na mesa de abertura representantes de movimentos



de moradia, gesto por uma posição plural e aberta. Felicita o Ministério da Cidade e a Secretaria de Assuntos Federativos.

Apresenta a Rede de cidades do Mercosul que vem em uma articulação com a ONU-Habitat em acordo de cooperação firmado em Rosário. A rede articula ações conjuntas voltadas para as pré-conferências, avaliando quais deveriam ser as ênfases para o Habitat III.

Brasil está chamado a assumir uma certa liderança no tema de Habitat, pelo peso qualitativo que tem na América Latina e pela qualidade das iniciativas de governos progressistas da região.

Brasil está chamado a protagonizar e ajudar os países da América Latina tem uma responsabilidade de levar a diante resultados e impactos concretos na melhora de qualidade de vida das pessoas que vivem em áreas urbanas.

A Rede Mercocidades trabalha em diversos planos, na articulação e posicionamento enquanto rede, em nível latino americano. Por um lado, trabalha em uma dimensão mais técnica que nas unidades temáticas no nível local e depois amplia para a escala latino americana. Unidades, por exemplo, responsáveis pelo meio ambiente e desenvolvimento sustentável, discutindo um posicionamento para levar a conferência.

O tema da pobreza e combate a exclusão social é tratado pela temática do desenvolvimento social; o tema do direito a moradia e mobilidade urbana é tratado pela temática de desenvolvimento urbano, para dar soluções estratégicas para esses problemas.

Outro tema interessante é a necessidade de acesso ao financiamento internacional dos governos locais (financiamento competitivo, direto). Muitos dos problemas que se relacionam com a agenda são os respaldos dos governos



locais. Faz-se necessária uma abordagem para que haja impacto nas soluções possíveis para estes temas. Faz-se necessário contar com governos locais com capacidades para desenvolver programas e projetos para solucionar problemas. Há uma rede, com quem vimos trabalhando muito articuladamente que é o Fundo Mundial de Desenvolvimento das Cidades que tem visto com muito critério a necessidade de articular ações neste terreno, no tema de financiamento de governos locais, muitas vezes controlado de maneira obliqua do ponto de vista político, para impedir o acesso das cidades ao financiamento e à possibilidade de chegar a soluções para seus problemas.

Outro tema que me parece importante destacar é a “participação”: Não é possível construir uma agenda, nacional ou latino-americana, se não há um processo de ampla participação e abertura de canais de participação. Não pode ser um processo formal, apenas um mecanismo de consulta, mas sim um processo substancial, aberto à sociedade civil, às organizações não governamentais ambientalistas, que lutam pela mobilidade, governos locais e regionais. Integrar pluralidade de visões e olhares, consensuar prioridades de ações para atingir um trabalho conjunto.

O fato da Conferência Habitat III ocorrer na América Latina, em Quito, reflete de algum modo o crescimento de nossa região e sua importância em nível urbano. América Latina será sede de ações e atividades nos próximos anos, como exemplo Congresso Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos, o Congresso Mundial de Cidades Educadoras, uma delas em Bogotá e outra em Rosário, onde o urbano tem uma proeminência em nossa agenda que nos posiciona globalmente.

América Latina era um participante passivo destes eventos e hoje é protagonista, de algum modo, ativa. Temos que transformar esse protagonismo em ações e nos articular conjuntamente para dar respostas às grandes problemáticas urbanas que ocorrem em nosso território.



Poderíamos pensar em articulações mais amplas que essas para construir consensos sobre quais devem ser as prioridades que devemos levar para Conferência, que impliquem em mudanças concretas.

Devemos mudar de paradigmas, a experiência nos mostra que o paradigma industrial, de urbanização são insuficientes. Devemos caminhar para um paradigma que se articule mais fortemente com o desenvolvimento sustentável, com o crescimento equitativo, com a mobilidade sustentável. Não do ponto de vista de uma tecnocracia, mas sim uma concepção de mobilidade que priorize o transporte sustentável, o combate às mudanças climáticas, que lute pela prioridade de pessoas com necessidades especiais. Enfim, que tenham um panorama mais integral.

Agradece, está aberto a consultas e perguntas.

Do ponto de vista da Rede Mercocidades há uma dimensão mais política da Rede em sua articulação com Habitat. Há uma articulação política, não apenas temática. Na medida em que estamos articulados e não isolados, vamos tornar nossa voz mais potente, tanto do governo local quanto da América Latina, logrando influenciar esta agenda.

Coordenador da mesa apresenta e passa a palavra para:

Vicente Trevas

Saudações aos participantes da mesa e plateia.

Primeiramente, indaga sobre as nossas expectativas em relação ao Habitat III, já que os movimentos políticos e sociais trabalham muito com expectativas e as frustrações podem levar a dispersão e desânimos. O que esperar desta 3ª Conferência? Nossas expectativas correspondem ao embate?



Calibrando as expectativas podemos ter mais capacidade para atingir os resultados.

O que poderá acontecer em Quito em outubro de 2016? O que esperar de um encontro dessa natureza? Portanto seria prudente e recomendado fazer a leitura das edições anteriores; fazer uma espécie de dossiê sobre o Habitat II – quais as expectativas arquitetaram a conferência? E como o Brasil participou da 2ª Conferência?

Para organizar as expectativas, deveríamos esclarecer o processo do Habitat III e incidir neste processo. Para isso esse evento é esperançoso, pelo conjunto de atores presentes tentando incidir no processo. O produto que podemos obter será fruto do processo que vamos construir para sua realização. Nesse processo é fundamental explicitar os atores. Apresentarão apenas reclames de suas necessidades? Ou serão atores que propõem certas recomendações? O processo vai nos fortalecer como atores e expor nossas debilidades.

Como cidades e prefeitos vamos nos posicionar na preparação do relatório? Vamos primeiro verificar a emergência de interesses e expor os conflitos sobre esses interesses, para tanto temos que nos preparar para o processo de negociação e pactuação. Temos que lidar com os conflitos, negociar e pactuar. Será um grande aprendizado para os diferentes atores.

O Brasil envolvido e comprometido com processo de integração regional, temos um papel importante para construir pactos e consensos regionais, para que possamos nos expressar em Quito não só como Brasil, mas como Mercosul, Unasul num processo importante de integração do continente.

Para tudo isso faço algumas questões: Qual a geopolítica da Habitat III? Qual a geoeconomia da Habitat III? E dos outros encontros?



No Habitat II o Brasil estava em uma fase de governos locais fazendo experimentações inovadoras. As matérias primas para o Habitat II foram às boas práticas, para expressar a inovação da vida urbana daquela época. Naquele momento tínhamos um Brasil com suas dificuldades que tentava, através dos seus governos locais, inovar, como é o caso do Orçamento Participativo e políticas de inclusão social. Tínhamos um governo nacional com pouca capacidade de intervir na agenda urbana, secretaria pouco qualificada, quase não havia investimentos urbanos.

A Europa estava em momento virtuoso de expansão, as cidades europeias eram vigorosas e tiveram protagonismo muito forte no Habitat II. A integração europeia estava um “voo de brigadeiro”, financiamento da urbanização da Espanha, Grécia, Portugal. Ideia de que as cidades europeias poderiam coesionar a vida social. Centralidade da agenda era o bem-estar social, hoje vemos a desconstrução dessa agenda, intolerâncias.

Tentativa de desenhar a geopolítica que lidaremos em Habitat III. Qual a centralidade da agenda do sistema ONU? Hoje uma grande parte é a agenda do terrorismo. Qual o contexto em que vamos jogar esse jogo?

Como os governos locais estão se preparando para lidar com este momento? Integrados em conjunto de redes internacionais, temos prioridades, estamos integrados à Rede Mercocidades. Temos uma visão crítica do que estamos fazendo, achamos que repetir no Habitat III uma agenda de experimentalismo (boas práticas) seria não enfrentar nossos desafios.

A expectativa é que o mundo possa pactuar políticas públicas, por isso o Brasil deve ir não só relatando boas experiências, que por vezes fazem parte de um mandato, dois mandatos e depois vão fazer parte de bancos de dados. Temos que superar isso na busca de formatar pactos relativos a uma humanidade que se urbaniza, num dos continentes mais urbanizados.



Estamos muito presentes no diálogo e articulação com a Rede Mercocidades e frente de prefeitos. Temos consciência de que somos um grande laboratório, onde a escala expõe todas as complexidades.

Em parceria com a CEPAL, realizamos uma tentativa de construir uma conferência de metrópoles sul-americanas, para fazer uma leitura compartilhada de nossos problemas. Os encontros apenas relatam o que está sendo feito, relatando o lado “agradável” da vida e não o lado “trevas”. É preciso enfrentar a nossa dramaticidade urbana. Abrir o diálogo sobre os nossos desafios. Nesse cenário tentar construir convicções.

O processo de urbanização em nosso continente é um processo de aprofundamento de segregações socioespaciais e econômicas. Isto é um desafio, estamos reproduzindo este padrão de desenvolvimento urbano.

Nossas cidades são territórios de desigualdades, este é o ponto de partida. Sua reversão, superação, deve ser nosso ponto de chegada.

É preciso articular as variáveis de nossa equação. Por exemplo, defendemos a participação popular, mas estamos tímidos em fazer uma crítica profunda às instituições políticas de nossas cidades. O formato da representação política dificulta a expansão de participação política. Nas cidades tem que estar clara a relação de representação e território. Nas cidades poderíamos processar mais mecanismos de participação direta.

Estamos promovendo um diálogo mais profundo entre cidades, há muita reunião e pouca conversa. É preciso de uma agenda de DIÁLOGOS. Haverá um evento em agosto em São Paulo, com duas preparações em Santiago e em Quito para nos prepararmos e esclarecer nossas posições. Avançar em novas sínteses políticas a partir de posições claras dos atores.



Devemos tentar levar um certo pacto, que significa alguns consensos. Por exemplo, é inaceitável cidade sem água tratada, é inaceitável que a humanidade seja indiferente a isso, sem saneamento básico e serviços urbanos básicos num patamar básico para todos.

A humanidade estaria diante, em relação à agenda urbana, como esteve no período pós 1ª Guerra Mundial, quando falou-se “não podemos tratar de qualquer maneira o mundo do trabalho”. O mundo começou a pactuar uma agenda sobre o mundo do trabalho e criou a Organização Internacional do Trabalho, iniciativa dos estados nacionais, tendo em sua composição a participação dos atores econômicos e sociais.

Será que estaríamos no horizonte de ter uma Organização Internacional das Cidades? Temos de nos dar o direito de pensar sobre isso... Qual será o resultado do encontro? Primeiro uma declaração de intenção, documento importante para dar sentido, dar legitimidade aos atores que depois, em nome dessa carta, vão reivindicar processos e decisões. Mas acho pouco para a nossa sociedade urbana.

Pode ser que como produto saia mais burocracia internacional para cidades. Há a possibilidade de criação de um programa específico, nos moldes do PNUD, PNUMA, seria o “PNURB”? Tudo isso está no horizonte.

Não é possível esperar produtos sem processos, esperar mudanças, sem movimento de mudanças, sem estratégia.

Agradece a oportunidade.

Coordenador da mesa apresenta e passa a palavra para:

Vicente Loureiro



Saudações à mesa e agradecimento ao convite endereçado ao governador do estado.

Esforço do Habitat em sua terceira edição é de que governos, sociedade e agências de fomento incorporem certos postulados em suas agendas. É uma agenda que constrói, sendo assim é importante nos esforçarmos para construir uma agenda. Creio que em Quito conseguiremos construir uma agenda que vai nos ajudar a enfrentar alguns desafios.

Provavelmente não será uma agenda tão incisiva que talvez o mundo urbano esteja exigindo, mas temos que ter um olhar pró-ativo e esperançoso desse esforço, principalmente da maneira como o governo brasileiro decidiu organizar sua participação.

Loureiro traz algumas questões para partilhar, afirmações que vieram sendo construídas desde Vancouver e Istambul, sobre a vida das cidades e sua importância e significado social e econômico.

Em uma dessas conferências preparatórias, em Xangai, na China em 1999 questionou-se: “o século XXI significa o fim das cidades ou o século das cidades?”

Entendemos que o século XXI é o século das metrópoles, essa é a sugestão que temos a colocar para a organização da nossa participação do Habitat III: a importância de resgatar a temática metropolitana, mesmo conscientes de suas dificuldades de governança, de seu planejamento e de sua organização. É fundamental que se entenda a expressão desse fenômeno e a necessidade de ter em uma conferência desse porte o tema da região metropolitana.

Algumas constatações que todos já estão bastante conscientes sobre elas, mas que são importantes serem lembradas, até para justificar a defesa da inclusão da temática metropolitana nessa agenda:



- Desafios do séc. XXI = crescimento da população no mundo bastante acentuado, sobretudo na África e Ásia.
- População urbana no mundo pode passar a mais de 60% em 2025.
- Das 21 metrópoles do mundo, 14 estavam em países subdesenvolvidos.

Essas constatações mostram que a urbanização e metropolização da população mundial é grave e acentuada. É preciso encontrar soluções que permitam governar e administrar os conflitos e as tensões que se estabelecem nesses territórios metropolitanos. É nelas, principalmente nas localizadas na América do Sul, central e Ásia, que observamos aumento dos indicadores de pobreza, miséria, poluição, desemprego, subemprego.

Nesse sentido, temos dois tipos de aglomeração:

1. Cidades globais: conhecimento, recursos e poder;
2. Megacidades: concentram pobreza e problemas.

2050: previsão de 9 bilhões de habitantes no mundo em 3 categorias de economias:

1. Pós industriais e amadurecidas (vivendo declínio populacional, UE);
2. Em fase de desenvolvimento avançado (BRICS);
3. Por se desenvolver (África).

No Brasil o fenômeno de urbanização também é grave - em 2050 quase 90% da população estará vivendo em cidades.

1975 eram 9 Regiões Metropolitanas

2015 são 70 Regiões Metropolitanas, muitas delas podem ser chamadas de RMs, não passam de aglomerações urbanas ou uma cidade mais “assanhada” em sua expansão.

Iniciativas do Habitat:

Habitat I – Vancouver: dilema emergente com o contínuo crescimento da urbanização e negligência com a qualidade ambiental. A agenda urbana do



Habitat I é uma 1ª inclusão do tema ambiental na vida urbana. Primeira vez que a questão ambiental em sua relação com as cidades aparece de maneira organizada.

Habitat II – Istambul: participação dos setores não governamentais nas tomadas de decisão que consagram o direito a moradia digna e a cidade como prerrogativa humana universal. As cidades não eram apenas um tema a ser administrado pelas instâncias de governo, precisavam ser enriquecidas e ampliadas para a participação da sociedade e outros atores, já que estavam mais complexas, exigindo um novo modo de olhar.

Habitat III – Quito: Entre outros aspectos, propomos como tema principal “Governos Metropolitanos – redes e cenários internacionais”. Como governar as metrópoles, principalmente as localizadas nos países em desenvolvimento?

Negligenciamos a questão das metrópoles desde a constituição de 1988, com a evidência e profundidade que merecia. A constituição tinha um caráter municipalista.

Essa situação se prolongou, importantes esforços foram empreendidos com muita dificuldade (exemplo de BH na gestão dos temas metropolitanos) e sem o protagonismo desejável ou proporcional à dimensão dos problemas que trata, ainda assim é justo registrar o esforço.

Temos duas decisões recentes que apontam com perspectivas animadoras para a retomada da governança e do planejamento metropolitano:

1. Estatuto da Metrópole;
2. Acórdão do STF, motivado por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade ADIN do final dos anos 1990, sobre a titularidade do serviço de saneamento na RMRJ, decisão que aprofunda, em alguns aspectos, o que trata o estatuto da metrópole,



nos indica possibilidades mais robustas de tomada do processo de governança metropolitana.

Novidades relevantes: doravante as FPICs nas RMs terão de ser compartilhadas para conceder, administrar serviços públicos. Para que isso aconteça é necessário que os entes federados (estado e municípios) compartilhem esse poder. A decisão do Supremo Tribunal aponta para um processo de negociação onde o voto seja proporcional ao tamanho e importância dos municípios. Esta é uma inovação que vai requerer negociação política para que possa ser efetivada.

Outro aspecto importante é a necessidade de criação de uma autarquia compartilhada pelos entes para ser o órgão técnico de informações e formulação de 8 políticas e decisões a serem tomadas num colegiado, formado por governantes e outra instância deliberativa com representação da sociedade e do setor empresarial.

O Estatuto da Metrópole é inovador em alguns aspectos. Permite reorganizar o processo de planejamento e governança das RMs. Aponta a necessidade da participação da sociedade nesse processo e concentra nos temas do desenvolvimento urbano os esforços de governança e de planejamento a serem realinhados.

Há ainda punições previstas no estatuto, como o crime improbidade no caso de governadores que não cumpram com as determinações. E especificamente no caso do RJ, da ADIN, há também algumas obrigações e prazos para medidas serem tomadas.

Dada a tendência de que grande parcela da população viva em RMs, a complexidade dos problemas urbanos e a recente legislação brasileira, é oportuno levar ao Habitat a questão metropolitana.



Coordenador da mesa apresenta e passa a palavra para:

Luiz Lazaro Sorvos

Saudações e cumprimentos à mesa.

Fala em nome dos prefeitos, da associação dos municípios do Paraná e também da Confederação Nacional dos Municípios, representando o presidente Paulo Ziulkoski.

É importante o diálogo entre o poder da sociedade civil e o poder do governo nacional.

Local > Nacional > Global

1. Como podemos vincular a agenda local às discussões sobre o Habitat?

Essa vinculação só será possível, aprimorando as relações da sociedade civil com os governos e com as entidades paraestatais. A sociedade civil será sempre o elo com os governos e com as instituições.

2. Como podemos amadurecer esse debate? Como os prefeitos podem se preparar para essa agenda global?

As instituições representativas, políticas de classes e, em especial, as representativas de gestores podem contribuir e muito. Nossa capacidade de conscientização é importante na discussão dos problemas que afetam diretamente o cidadão com quem se tem a obrigação de resolver esses problemas.

3. Como tornar esse debate relevante para os cidadãos?



Há uma gama de demanda reclamada pelo mundo moderno, afetando diretamente nossas comunidades. Podemos citar a segurança pública, a educação, o conforto social, lixo, água. A medida que formos competentes o suficiente para despertar nos nossos cidadãos, a relevância se materializa naturalmente.

4. Que tipo de alianças devemos estruturar?

Firmeza de propósitos, mudança cultural de nossa parte. A batalha da comunicação com os cidadãos será de extrema importância. Luta terá de ser encampada por representações públicas e privadas. Toda a sociedade terá de estar comprometida para colaborar. O governo não será capaz de enfrentar tudo e é preciso um empenho maior entre as esferas federativas.

Sobre o modelo brasileiro, estamos muito longe de alcançar uma imperatividade com a sociedade e os governos locais. Ministério das Cidades não é cidade, está na hora de construir um fórum verdadeiramente federalista e não apenas um espaço de validação.

Apresenta alguns indicativos, como déficit habitacional no país (1995, 2015, 2035), morte no trânsito (e questiona “isso é sustentável?”), resíduos sólidos, acesso à água, % de população rural, mortalidade infantil, escolarização.

Pontos sensíveis:

1. Não permitir que as conferências internacionais dificultem ainda mais a governança local. É emblemático o tema de resíduos sólidos. Quando se elencar os problemas que as ações venham com responsabilidade prevendo toda a estrutura para seu sucesso. Faltam capacidade técnica, projetos e recursos para resolver os problemas. Não adianta sonhar com projetos sem ter o pé no chão. Como chegar a execução das ações?
2. Reconhecer os limites locais;



3. Defender indicadores SMART (específico, mensurável, alcançável, realista, e com prazo determinado). Os acordos e compromissos devem ser permeados de responsabilidade;
4. Tratar de planos simples e buscar convergências nas agendas pós-2015 (ODS, Habitat III) e Conferência sobre Mudanças Climáticas.

Os objetivos e metas estabelecidos devem ser mais “pé no chão”, cita os ODM como exemplo de foco e os ODS como muito numerosos, é preciso reduzir e trazer para uma realidade mais próxima aos municípios, mais factível.

Convergências com a CGLU:

A confederação nacional dos municípios tem participado de Fóruns e tem levado essa preocupação.

Participação na Semana do planejamento estratégico em Barcelona de 9 a 13 de fevereiro. Há uma movimentação por parte do municipalismo e das entidades que representam os municípios para avançar nessas preocupações.

1. Descentralização: quanto maior é a concentração, maior é a possibilidade de corrupção;
2. Contínuo Rural-Urbano: necessidade de uma perspectiva territorial integrada. No âmbito dos ODM, fracassamos em interromper o êxodo rural, necessitamos reestabelecer um reequilíbrio. É preciso apoiar essas populações e sua fixação na zona rural. População rural é particularmente afetada pelas mudanças climáticas, então essas questões merecem uma consideração;
3. Responsabilidades e estímulos ao setor privado. Como pode ser incluído em desenvolvimentos urbanos? Através do aprimoramento da confiança entre o privado e o público;
4. Equidade e proporcionalidade: os desafios das diferentes realidades = desafios para grandes, médias e pequenas cidades. É necessária a



descentralização de recursos e revisão do pacto federativo. Os recursos devem ser destinados às comunidades e pequenos municípios para que possam desenvolver suas ações;

5. Colocar esforços em evidência: boas práticas = visitar, participar e ter contato com práticas que estão dando certo.

Mobilização dos municípios para contribuir com a agenda Habitat III: Exemplo do município de Comodoro.

Pleitos Comuns e Específicos: acolher as diversas vozes dos cidadãos; fortalecer espaços de diálogos permanentes, mecanismos de planejamento, execução intersetoriais.

Coordenador da mesa pede licença para atender a uma demanda de seu cargo, assume a coordenação da mesa Paula Ravanelli.

Debate e perguntas:

Carlos Roberto Comassetto

Temos alguns desafios para tratar, elenco três para tratar aqui: (1) Definir o direito à cidade como uma diretriz a ser levada ao Habitat III. Trevas trouxe um ponto importante que é a questão da participação na cidade, somos do legislativo e sabemos as dificuldades que tem de operar nas cidades as políticas que realmente transformam, por exemplo, o Estatuto da Cidade, cidade nenhuma brasileira aplica o EC em sua plenitude. Solicita que a mesa aprofunde a discussão sobre a conjugação do papel da democracia representativa e da democracia, porque se não houver participação e controle social, não haverá o direito à cidade em sua plenitude. (2) As cidades não são feitas só dos executivos, são feitas também de legislativos, gostaríamos de trazer à organização do evento que o legislativo esteja sentado na mesa junto com os movimentos sociais e com o executivo para construir essa agenda, se não ficaremos apenas como “apêndice”. Agenda mínima e comum pra fortalecer a agenda da disputa, de descentralização do poder. (3) Por fim, devemos propor no Habitat III uma proposta dos municípios, dos governos locais, para que não haja um novo



encontro daqui a 20 anos para avaliar o que houve em Quito. Temos que ter uma agenda de continuidade, de permanência, dos governos locais para aplicar as decisões consensuadas em Quito.

Marco Antônio Alves

Reforça a observação feita pelo Comassetto, a dificuldade da participação social nos espaços formais. Cada município tem um prefeito e para cada prefeito há, no mínimo, nove vereadores, ao menos algum deles deve ter interface com a sociedade civil organizada, que deve abrir um espaço formal dentro de cada Câmara Municipal para estabelecer diálogo direto com a sociedade e movimentos populares. Ao longo do tempo essa é uma instância que não tem sido observada com esse olhar. Sentimos a dificuldade de tornar institucional o controle da sociedade. Lembrança para que as Câmaras municipais sejam ocupadas pelos movimentos populares, que é uma casa plural, independentemente de quem for o prefeito. Câmara tem a pluralidade necessária para abrir esse espaço e para aprofundar o diálogo.

João Alencar:

Discutir região metropolitana hoje no Brasil, talvez seja discutir “o leite derramado”. A herança que temos das RMs remonta ao governo militar. Temos hoje um problema de falta de maturidade e visão política para a governança metropolitana. Lembra que tendo 70 RMs, estamos “são paulinizando” nossas cidades e capitais. Será que essa é a solução? A solução para o urbano é “via metrópole”? Qual o papel do planejamento territorial dentro das cidades? Menciona a “marcha rumo oeste” na China, construindo cidades e infraestrutura para deslocamento por trem, com tempo máximo de 1h30 de viagem. Qual o papel do planejamento territorial na escala do estado tem numa articulação de discussão urbana. É importante ter uma discussão sobre a questão metropolitana, porque já é um problema existente, que deve ser resolvido, mas não podemos reforçar essas centralidades como estratégia de resolução do problema urbano no país. Qual o tratamento vai ser dado á essa diversidade de cidades e como os estados, enquanto entes federativos, vão planejar suas



idades? O grande desafio do país é justamente esse, fazer com que as cidades se tornem sustentáveis, autossuficientes.

Gustavo Cezário:

Pegando o gancho da fala de Vicente Trevas sobre a importância do diálogo, Gustavo coloca as seguintes questões: Quantos vereadores estão tendo conhecimento sobre o Habitat, ou prefeitos e vices? Quantos agentes políticos estão envolvidos nessas discussões? Como ampliar esse debate no Brasil? Poucos prefeitos sabem que agenda é essa, que mais pra frente vai determinar para ele uma responsabilidade. O que é possível ser feito para considerar as pequenas cidades. E a que ponto a agenda local pode refletir esse contexto?

Denise Sousa:

Como cidadã vejo que no Brasil é preciso abrir a questão da escolaridade, quando a escola for prioridade, muita coisa vai mudar. Brasília tem a maior favela do Brasil, com grande miséria. Porque não temos gestores honestos? Há dinheiro, mas não temos gestores responsáveis. É mais difícil o movimento de Brasília conseguir uma agenda para conversar com governantes do que pessoas que vem de fora.

Respostas

Luiz Lazaro:

Apresenta a porcentagem de gasto com saúde no seu estado, ascendente de gastos. Não se pode afirmar que todos os gestores são incompetentes. Municípios estão sobrecarregados, estão gastando além de seus limites, recursos precisam ser descentralizados.

Vicente Trevas:

(1) Se conseguirmos inserir, na declaração formal do Habitat a questão do direito à cidade, já será um grande avanço. Teremos condições de ir além? É possível



tornar o direito à cidade um programa? É preciso dar um conteúdo programático a essa afirmação de princípios. O que corresponde ao direito à cidade? Queremos reivindicar o conceito do “Welfare Cities”, com o estatuto teórico do “Welfare State” (pleno emprego, acesso universal a um conjunto de direitos) Queremos associar à essa declaração um programa? (2) em relação aos vereadores, eles devem ser sensibilizados. Essa é uma agenda, quem vai liderar? As pautas das Câmaras municipais são pautas de um varejo que não coteja com as grandes questões estruturais das cidades e do próprio país. Há também uma oportunidade de um crescimento qualitativo da câmara de vereadores. (3) Resposta a Denise Souza: manifestou um mal estar que precisa ser transformado em problema para encontrar a solução. Conceituar o mal estar. Não esquecer quem somos, Casa Grande-Senzala, nó histórico, é preciso ter consciência do país que somos. É preciso verificar nossa historia, no DF há uma história que precisa ser debatida, aqui o clientelismo foi tornado uma politica de Estado. Utilização da terra pública para formar clientelas eleitorais. Problematizar nossas aflições para buscar caminhos. Temos que construir sujeitos coletivos. Fazer aquilo que a Argentina já fez: revolução educacional, escolas republicanas, com agenda da república e cidadania. Culpa do processo histórico perverso, que se reproduz nas cidades como centro-periferia.

Vicente Loureiro:

Metrópoles existem, são fatos no mundo há mais de um século, é preciso reconhecer que a criação de RMs não foi um equivoco do governo militar, elas já existiam. O fato metropolitano já começavam a existir. Temos hoje aglomerações maiores e mais complexas, é preciso enfrentar isso já que 1/3 da população brasileira vive em metrópoles. É preciso encontrar ferramentas politicas e institucionais para lidar com este fato que não vai regredir, ao contrário, a humanidade busca a cidade. Há equipamentos e serviços que só se justificam em metrópoles (universidades, centros de pesquisa, teatros). Por isso sugerimos esse tema para o Habitat III pois ele é um fato! Uma metrópole quando se estabelece, além das cidades que polariza, ela tem vínculos com cidades distantes



e pequenas, em relações econômicas e sociais. Nesse sentido, a discussão sobre as metrópoles vai além da RM em si, mas engloba outros níveis de cidades.

perguntas e debate:

Beto Aguiar (MNLN):

(1) Toda experiência que temos de governabilidade tem sido de governo e não de Estado. Termina governo, muda a política. Não há continuidade nas ações políticas, a mudança é sistemática. Isso se reflete na estrutura do Estado, toda compartimentalizada. Ao mesmo tempo o Estatuto da Metrópole veio na contramão do debate sobre o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, onde todas as relações metropolitanas estariam ligadas à construção desse sistema. O Estatuto contribui, porém remete a responsabilidade de fiscalização para os conselhos que não existem em vários municípios. São necessárias políticas de Estado mais permanentes. (2) Constituição de 88 houve uma grande briga pela participação social, isso resultou em numerosos Conselhos. As mesmas pessoas participam de todos os conselhos. Ou seja, reproduzimos “caixinhas” do Estado nos espaços de participação popular. O tema das cidades não é tratado em um único espaço, mas sim de forma fragmentada. Método de participação tem que ter uma transversalidade na luta urbana.

Elzira Salete:

(1) questiona a mesa sobre o Plano Diretor que foram elaborados, porém, estão sendo implementados? (2) A maioria das verbas direcionadas para um gestor público “vem por baixo”, “quanto eu levo para levar essa emenda parlamentar para o seu município”? Poucas pessoas ficaram sabendo deste evento, enquanto legisladores sabemos o que afeta a população brasileira, então também queremos ser ouvidos.

Marli Aparecida Carrara Verzeznassi:



Sobre as RMs temos que fazer governo muito mais centralizado. Jovens, negros e negras estão morrendo. Defende governo central e forte para salvar nossos jovens. Falta de representatividade das nossas entidades nos conselhos, tem representação da CMN, dos vereados e dos movimentos. Não podemos mais brincar com gente que está morrendo, chega de diagnóstico. Posição do Brasil interfere na América Latina e no Habitat. O direito à cidade foi construído por gente daqui e em espaços internacionais e dentro dele a colocação de outros instrumentos de participação. População deve poder opinar mais diretamente, abrir para plebiscito e referendo.

Fulvio Marino Negro

Não podemos abrir mão de uma reforma política decente no país, o que vai impactar na gestão. Aprimorar sistemas de participação política, não adianta criar novas “caixinhas”. Não podemos nos adequar ao erro, é preciso ter visão do todo do conjunto e do processo inteiro. Questão federativa: o estado tem o melhor tributo brasileiro ICMS. Aportar novos recursos públicos, rever processo de gestão.

Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto:

Brasil é o primeiro país que abre esse espaço de debate para sociedade civil e subnacionais. O Brasil já tem essa tradição desta participação, há limitações de participação e divulgação. Como o Brasil pretende incorporar essas contribuições ao seu relatório nacional e como irá se colocar para liderar e angariar apoios de ente subnacionais no Habitat III? No 1º Comitê preparatório em NY, em setembro, só dois países fizeram referências explícitas sobre a existência de participação social no processo do Habitat (Brasil e França, entre 194 países).

Trevas:

(1) Desabafos e manifestações são importantes. Precisamos compreender os dilemas por traz disso. Há uma certa continuidade de problemas. Exemplo do



SUS: é possível expandir para outras áreas das políticas públicas esse estatuto de política de Estado que tem a saúde, mesmo com todos os seus problemas. Tentativa de transformar um mal estar em uma problematização. Políticas públicas em forma de gestão apenas de governo é falta de avanço democrático da sociedade, precisamos avançar em políticas permanentes do estado brasileiro.

(2) Como se formou o estado brasileiro? Por minorias, oligárquica. Interesse público não é claro pois há uma promiscuidade entre interesse público e privado, patrimonialismos, autoritarismo, exclusões, são todas marcas de conduzir nosso Estado. É necessário construir outro padrão de conduzir o Estado, estamos ensaiando outras possibilidades, mais democráticas e participativas, mas ainda coexistem no estado brasileiro. Temos de entender a complexidades dos nossos desafios, para entender por onde vamos atacar. Afirmação de direitos tem um outro lado da medalha, que é restringir privilégios.

(3) o tema da Reforma política é uma tragédia conjuntural. Estamos patinando no sistema político. Ou nós fazemos a reforma política ou viveremos regressões políticas.

Vicente Loureiro:

(1) Divergindo respeitosamente da fala do Beto Aguiar acredita que o Estatuto da Metrópole não atrapalha, os desafios metropolitanos devem encontrar janelas adequadas para seu enfrentamento.

(2) Sobre os Planos Diretores: o esforço foi importante, meritório, mas erramos nos aspectos mais valentes do EC como mexer com direitos de propriedade, imposto progressivo, foi praticamente nulo, as cidades não conseguiram usar esses instrumentos. Estatuto da Cidade foi um avanço importante, instrumentos não aplicados na grande maioria das cidades brasileiras.

(3) Participação dos estados é importante, não só por conta do ICMS, mas também porque tem competências institucionais.

Perguntas e debate:

Wellington Nunes:



Reforma Política, como é possível mudar o sistema, mas não mudar o homem? Não é papel dos movimentos sociais fazer o papel de gestor, mas como conseguimos fazer casa de qualidade, inclusive com saneamento básico, rede de água, iluminação, ações que o Estado deveria estar fazendo. Porque os recursos do país não são suficientes para determinadas ações? É de praxe no Brasil os programas não serem de governo, mas sim locais, incapacidade dos prefeitos, sem o mesmo conhecimento dos movimentos e é considerado gestor.

Ipaminona Rodrigues (Assinc – DF/RM): Morador de Ceilândia, sem água, luz e esgoto. Em casa lote residiam até 12 famílias de 250m². Nunca conseguiu ser beneficiado por moradia, por ser “pobre”. Manifestações que ocasionaram a “conquista” de Samambaia, Recanto das Emas, Santa Maria. Governo repassava lotes. Luta de 30 anos, não há favela ou invasão em Brasília. Temos ainda uma média de 5/6 famílias por lote nos casos das famílias pobres do DF. Participação desde a 1ª Conferência das Cidades, nesses eventos as discussões são boas, mas não geram desdobramentos para a comunidade.

Paula Padovani (Ministério do Meio Ambiente): (1) colocação sobre o fortalecimento do papel do Estado enquanto regulador da produção do espaço, ao mesmo tempo, desde o ultimo Habitat há um movimento para o fortalecimento do poder local. Os objetivos que estão postos nos ODS não reproduzem as dificuldades que tem sido enfrentadas para a consecução dos objetivos já colocados nos ODM. Porque não aconteceu esse fortalecimento do poder local? Muita politica setorial não consegue ser implementada porque os municípios não tem condições do ponto de vista de arranjos institucionais , recursos ou corpo técnico insuficiente. Em nenhum momento eu vejo o tratamento dessa dificuldade, mensurar essa dificuldade que impossibilitou avançar tanto quanto seria possível. (2) Dos 17 objetivos dos ODS, dois tratam especificamente da cidade: o 6 (saneamento) e o 11. Um fio condutor para tratar as cidades, teríamos que fazer um cruzamento destes dois objetivos com todos os outros, a produção e apropriação da cidade depende da economia e outros



fatores. Essa estrutura, desde os ODM e ODS engessa e individualiza variáveis, quando na verdade tem que ser tratadas de maneira conjunta. (3) Hierarquia de cidades, dinâmicas diferenciadas = qual o fio condutor que tem que ser levado para o Habitat é fazer valer o direito a cidade, como isso acontece para os diferentes níveis de cidade? As dificuldades não são as mesmas. Nos objetivos isso também é posto como se as condições não fossem variáveis para os diferentes níveis de cidades.

Respostas:

Vicente Loureiro: Parabeniza o evento e o processo de construção de uma agenda participativa para o Habitat III. Despede-se e retira-se da mesa.

Sergio Barrios: Felicita pela qualidade das intervenções e ênfases que se destacam. As redes internacionais de cidades podem ser algum dos espaços para que o Brasil contribua com alguma ideia de posicionamento mais ativa ao redor da necessidade de priorizar a agenda que será abordada em Habitat III, temas do desenvolvimento sustentável urbano, direito á moradia, mobilidade, financiamento, transformando tudo em um conjunto de insumos que permitam ter um mínimo programa de trabalho, em um processo de amplo nível de participação. Programa em Argentina: não somente o poder público tem a responsabilidade de desenvolver políticas ambientais. Essas políticas públicas implicam a necessidade de um envolvimento cidadão, para que os resultados e impactos tenham maiores níveis de consolidação quanto a seu êxito. Iniciativa “Rede urbanas verdes” (?), iniciativa embrionária que implica em um compromisso cidadão em cinco temas: cuidado da água, redução do consumo de energia, separação, compostagem, empreendimentos de agricultura urbana. Cumprimento de indicadores muito exigentes que se trabalham de forma participativa. Compromisso cidadão sensíveis a “agenda urbana”, amplo processo de participação social. Forte movimento de luta por moradia no Brasil, não existe na Argentina, temos outros tipos de mecanismos de luta neste tema. Compromisso cidadão para melhorar a qualidade de vida e não apenas aguardar



soluções do poder público. Além de exigir políticas públicas de qualidade, há também um compromisso cidadão.

Trevas: Traz a saudação do Prefeito Fernando Haddad e levará a discussão da mesa à Prefeitura. Habitat III será uma oportunidade, desafio é como enfrentaremos essa oportunidade. Nesse processo nos conheceremos uns aos outros. Diálogo foi muito positivo, mais ainda feito no singular “eu, movimento popular”, “ele, mercado” etc. Espero que no processo possamos passar para o plural, no “nós”. O futuro é um futuro associado. Desigualdade que aumenta, riqueza e poder se concentram, certamente essa será a geopolítica do Habita III. Conjuntamente temos energia suficiente para enfrentar os desafios. Agradecimentos aos organizadores do evento. Postura do governo federal é positiva. Prefeitura é parceira.

Paula Ravanelli: agradece a presença da mesa e dos participantes internautas.
Fim do 2º dia de Seminário.



Mesa 5 - Meios de vida e inclusão social na cidade.

25 de fevereiro, manhã.

Painelistas: Renato Meirelles - Presidente do Data Popular; Laís Abramo - Diretora do Escritório da Organização Internacional do Trabalho no Brasil (OIT); Fernando Kleiman - assessor especial do gabinete da ministra do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);

Coordenador: Gabriel Medina - Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República

Relator: Roberta Amanajás – IPEA

Gabriel Medina - Secretário Nacional da Juventude da Presidência da República (SNJ/PR).

Saudações gerais.

Fez considerações sobre a importância da juventude que na reivindicação de cidades com mais estruturas e com mobilidade e da importância da sua participação na construção da nova agenda urbana.



Fernando Kleiman –

Saudações gerais a mesa.

A participação do MDS no debate da Habitat III tem uma particularidade que é a abrangência da perspectiva do desenvolvimento social e das políticas sociais nas cidades. Para entender o território e como o Estado se organiza para prover a população que necessita de serviços demandados é uma questão.

A apresentação do MDS: os desafios e resultados nos últimos anos, demonstrativo para possibilidade de ação e as dificuldades para garantir que as políticas possam ser providas adequadamente.

Por que é difícil as políticas sociais chegarem aos que mais precisam? Trata-se de um desafio do governo Brasileiro. É uma pergunta transversal da última década de gestão do Brasil. É uma pergunta estruturante de como fazer política pública.

O MSD é foi criado em 2004 para organizar o sistema proteção social brasileira. Vai além da assistência e transferência de renda. A finalidade era pensar a partir daquele local a política de assistência social brasileira.

Em 2011, novo desafio, superar a pobreza. Foi criado o Plano Brasil Sem Miséria. Passou-se a pensar o conceito de miséria como multidimensional. E todas as formas de acesso e carência existentes na população brasileira naquele momento deveriam ser pensadas e também o que se poderia fazer para realizar uma mudança nas políticas públicas.

Através disto foi feita uma seleção das políticas e se repensou as ações, inclusive as ações universais.



Debateram-se no Bolsa Família muito a questão das políticas universais e focalistas. O Bolsa família e Brasil Sem Miséria encontraram uma síntese deste debate: devem ser universais, mas deve chegar primeiro a quem primeiro precisa. Neste sentido, deve-se prover a quem mais necessita que geralmente estejam em locais de maior carência, para que essa situação seja revertida, senão sofremos o risco de que a política pública seja promotora de exclusão.

O Plano Brasil sem Miséria foi organizado em 3 eixos: garantia de renda, inclusão produtiva urbana e rural e acesso a serviços.

A experiência do Brasil com o Plano Brasil sem Miséria pode ser uma boa provocação para quem está pensando o mundo nos próximos vinte anos e como é possível determinadas ações e decisões políticas fazer o Estado uma ação que seja potencializadora da democratização.

O primeiro passo foi partir de um bom diagnóstico. A existência do Cadastro Único – registro administrativo da população que estava vivendo em pobreza e em extrema pobreza no Brasil– foi fundamental para a política dar certo e para formular indicadores e metas para as políticas sociais e demais políticas que compõe o plano Brasil sem Miséria.

Foi diagnosticado o núcleo duro da pobreza: 71% são negros/negras e 60% estavam na região nordeste e 40% eram crianças e adolescentes.

Tínhamos o conhecimento da pobreza - necessário no mínimo transformar a pobreza.

Foi organizado o Bolsa-Família e 32 programas com base no CadÚnico. Cruzou-se dados do IBGE e de outros órgãos para conhecer a pobreza e o que era a desigualdade.



Com isso foi produzido um conjunto de relatórios padronizados para Estados e Municípios com a informação, diagnóstico da pobreza na localidade. Foi possível dizer (sobre) as características da pobreza na sua localidade, quais as principais carências, quais eram as políticas que não estavam sendo desenvolvidas de acordo com as necessidades, qual era a principal dinâmica. O fornecimento da informação empoderou essas áreas para colocarem a questão da pobreza como prioridade. Isto foi central. O Estado Federal atua muito pouco diretamente em razão do pacto federativo. Fazer circular a informação para os estados e municípios foi estratégico para que o plano fosse bem sucedido.

A busca ativa, que foi a procura das pessoas para entrar no plano, as novas formas de operação e novas ações, como a inclusão do campo, que foi mais vigorosa do que da cidade, a assistência rural, exemplo o Pronaf, pesquisa da Embrapa, que passou a pesquisar pequenos agricultores, acesso à água, cisternas, e outras mudanças que deram conta do desafio social.

Na inclusão produtiva urbana era diferente, pois a dinâmica produtiva era diferente, pelo tipo de produção que é feita. Quando se faz uma compra no meio rural você consegue ter uma previsibilidade, consegue pensar uma safra de modo a pensar uma compra antecipada, pensar a mesma coisa no mercado urbano é muito mais difícil, o caos é maior na forma como o mercado se organiza. Então, é muito mais difícil o mercado se articular, mesmo assim o Estado conseguiu construir espaços de qualificação profissional. A maioria da população pobre não tinha acesso à qualificação profissional. O governo superou a meta inicial de um milhão, chegando a um milhão e quinhentos e setenta mil.

Da mesma forma o Microempreendedor Individual (MEI), a formalização acreditava-se que seria de pessoas com faixa de renda maior. No entanto tivemos quase 5 milhões de pessoas do bolsa família se formando no MEI. A mesma coisa foi para o microcrédito, o Crédito Produtivo Orientado (CRESCER) em que houve



a movimentação de 3,6 milhões só pelos beneficiários do Bolsa e 5,6 milhões com pessoas relacionadas no CadÚnico.

Outros acessos pela equidade e acessos facilitado pelas políticas públicas, como: 707,7 mil crianças do Bolsa Família de 0 a 3 anos matriculadas na educação infantil (19,7%), Programa Mais Médicos: prioridade para municípios com concentração de extrema pobreza e com menor cobertura de serviços de saúde e Criação de 1.256 equipes volantes da assistência social para áreas rurais isoladas, a educação em tempo integral onde mais de 50% dos estudantes são beneficiários do Bolsa Família e outras.

A definição da linha de pobreza, a questão das 22 milhões de pessoas que saíram da situação de extrema pobreza, 1,4 milhões de pessoas que foram encontradas pela busca ativa. Além de 2,5 milhões de oportunidades criadas (qualificação, assistência técnica, formalização).

Os impactos foram: Redução na mortalidade abaixo dos 5 anos por causas relacionadas à pobreza; 46% da diminuição da mortalidade por diarreia; redução de 58% da mortalidade por desnutrição; Caiu em 24% a taxa dos chefes de domicílios sem instrução em todo o Brasil, a queda entre os 5% mais pobres chega em 36%; entre os mais pobres cresceu em 138% o número de pessoas com ensino fundamental completo; a frequência à escola das crianças entre 6 e 14 anos foi quase o dobro entre os 5% mais pobres; o avanço no acesso da população 5% mais pobre à Rede Geral de água, foi quase 5 vezes mais rápido; o avanço no acesso à água em geral foi 5 vezes mais rápido entre os mais 5% mais pobres; houve o avanço 3 vezes mais rápido no acesso ao escoamento sanitário entre os 5% mais pobres; aumento do consumo de freezers e geladeiras em 11,9% da população brasileira e de 68% entre os 5% mais pobres.

Seguindo o indicador do Banco Mundial para a pobreza multidimensional: Frequência escolar das crianças, anos de escolaridade, saneamento básico,



acesso à água, eletricidade, habitação e ativos (Se a família não possuir pelo menos dois dos seguintes bens: i) refrigerador/freezer; ii) telefone fixo/celular; iii) fogão que utiliza combustível “limpo” (elétrico ou a gás)

De acordo com os indicadores do Banco Mundial houve queda da pobreza crônica do Brasil para 1,4% em 2013 e de acordo com os dados do MDS para 1,1% no mesmo ano.

De acordo com o indicador de pobreza multidimensional crônica por região houve convergência das desigualdades regionais, convergência das desigualdades de raça e cor e convergência das desigualdades rural e urbana.

Assim, para concluir, a inclusão da pobreza como uma questão transversal e como uma prioridade da política, com a pactuação com órgão com objetivos em comum e instrumentos adequados, tornou possível a redução da pobreza.

Qual o papel do Estado para redução da desigualdade? Isso pode ser um ponto central para a Habitat.

Então alguns aspectos centrais desta experiência, do ponto de vista de política pública. Em primeiro lugar, a prioridade da política. A priorização da ação pública estruturada. A participação (e articulação) de diferentes órgãos com objetivos comuns e os instrumentos adequados para colocar em prática.

É possível o estado ter um papel ativo, efetivo, com resultados para reduzir a desigualdade pelo Estado. Se é possível fazer ações através da definição de pobreza multidimensional, talvez seja possível se questionar se outras políticas seja possível o Brasil e o Mundo num mundo melhor. Devemos refletir como



podemos trabalhar a realidade com novos desafios, como a cidade, educação, juventude e outras dimensões.

Por fim, indicou um livro do MDS sobre os indicadores do Programa Brasil sem Miséria.

Gabriel Medina (Coord.)

As melhorias sociais e econômicas apresentadas se dão nas cidades, nos espaços urbanos na melhora do consumo, na melhora da renda, fez com que muitos jovens deixassem de ter a pressão pela entrada de trabalho mais cedo, um conjunto de jovens que puderam a sonhar, jovens das periferias urbanas, que puderam sonhar com cultura, estudar mais tempo, não começar a trabalhar imediatamente, mas que, ao mesmo tempo, enfrentaram dificuldades na infraestrutura das cidades. O fenômeno do “rolezinho” foi importante para pensarmos o direito à cidade, o direito ao espaço público e o direito no espaço público, não que o shopping seja espaço público, já que o espaço de consumo.

Os jovens apresentam com novos desejos, novas necessidades e outras demandas se impõem aos jovens na cidade apesar dos avanços.

Laís Abramo

Apontou que tratava-se de um grande desafio pensar no contexto do direito à cidade o trabalho. O que será apresentado é o trabalho como via de inclusão social.

Estou de acordo com a apresentação do Ministério do Desenvolvimento Social e combate a pobreza (MDA), são dados eloquentes. Como diz o coordenador da ONU no Brasil, o Brasil é um exemplo de que é possível transformar a realidade em uma geração.



A apresentação da OIT irá mostrar o outro lado da moeda. Ressaltou a importância do sistema de informação do Estado para orientar a gestão pública e a reivindicação social neste diálogo entre a pressão e a execução.

Vou me centrar na multidimensionalidade do trabalho decente e os desafios que se colocam neste momento. O pressuposto é o trabalho como uma poderosa via de inclusão social, por ser a forma em que o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social podem se encontrar. Através do trabalho que os frutos desse desenvolvimento pôde chegar às pessoas e assim contribuir para a redução da pobreza e reduzir as desigualdades sociais.

Importância dos rendimentos provenientes do trabalho no rendimento das famílias. No Brasil os rendimentos do trabalho equivalem a: quase 80% (77%) da renda das famílias e quase 60% (58,5%) da renda das famílias em situação de pobreza, onde o peso das outras rendas (como as transferências oriundas de programas sociais) é maior. Em todas as regiões o trabalho equivale no mínimo 70% do rendimento familiar, inclusive nas famílias mais pobres em que cresce a importância das outras rendas. Portanto, se vamos pensar a redução da pobreza e das desigualdades é fundamental pensarmos na dimensão do trabalho, que quando o MDS falou na inclusão produtiva é exatamente isso.

No âmbito dos municípios, se pegamos o conjunto dos municípios do país, em 93% deles o rendimento do trabalho corresponde a mais de 50% do rendimento familiar. Na região Nordeste (a mais pobre e com maior volume de transferência de renda oriunda de programas sociais, em especial o Bolsa Família) o trabalho representa 81% do rendimento familiar.

Não é qualquer trabalho que encerra essa possibilidade, da pobreza e da desigualdade. O trabalho, por outro lado, também pode ser uma forma de reprodução da pobreza e da desigualdade social.



Estimativas da OIT (2013): além dos 202 milhões de desempregados/as no mundo existe uma grande quantidade de pessoas que trabalham que são pobres ou extremamente pobres. Assim, 839 milhões de pessoas - quase 1/3 (26,7%) de todos os ocupados - vivem com menos de US\$ 2 por dia (situação de pobreza) e 12% deles (375 milhões de pessoas) vive com menos de US\$ 1,25 por dia (situação de extrema pobreza). Ou seja, estão inseridos em formas de trabalho que reproduzem a pobreza e a exclusão social. Isto não tem relação só com renda e tem relação com condições de trabalho (trabalho infantil, trabalho degradante, escravidão, etc.).

Daí a importância da noção de trabalho decente. O conceito de trabalho decente foi formalizado pela OIT em 1999, que sintetiza a missão histórica da OIT: “Promover oportunidades para que homens e mulheres possam conseguir um trabalho produtivo e de qualidade em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana”.

Definição de trabalho decente é muito ampla e até utópica, quando pensamos que trabalho cumpre todas essas condições.

É importante falar da multidimensionalidade deste conceito. Não é só emprego com qualidade. O conceito se estrutura em torno de quatro eixos: direitos, proteção social, diálogo social e emprego, tendo a equidade como eixo transversal.

A noção correlata ao trabalho decente, temos o trabalho inaceitável (que deve ser abolido), que são: trabalho análogo a escravo, tráfico de pessoas, trabalho infantil e outros.

Como a gente concretiza o trabalho decente? Não há um IDH de trabalho decente, foi um debate técnico e político travado na OIT. Foram definidas 10



dimensões do trabalho decente (importante as pessoas terem uma visão utópica, não tem trabalho infantil ou trabalho escravo é trabalho decente).

As 10 dimensões do trabalho decente são:

1. Oportunidades de emprego;
2. Rendimentos adequados e trabalho produtivo;
3. Jornada de trabalho decente;
4. Conciliação entre trabalho, vida pessoal e familiar;
5. Trabalho a ser abolido;
6. Estabilidade e segurança no trabalho;
7. Igualdade de oportunidades e de tratamento no emprego;
8. Ambiente de trabalho seguro;
9. Seguridade social;
10. Diálogo social e representação de trabalhadores e de empregadores.

O Brasil, A OIT e os parceiros sociais – MDS, SNJ, MTE, governos estaduais e municipais, IBGE, IPEA e outros) avançamos na construção de indicadores para construção de um sistema de trabalho decente.

Indicadores Nacionais (Unidades da Federação): Perfil do Trabalho Decente no Brasil: Um olhar sobre as Unidades da Federação - <http://www.oitbrasil.org.br/node/880>

Indicadores municipais (Sistema de Indicadores Municipais de Trabalho Decente - SIMTD - <http://simtd.oit.org.br>).

Esse sistema tem algumas possibilidades que é desde analisar a situação geral dos municípios/tipo por tema (exemplo: desemprego, informalidade, trabalho infantil, jovens) até analisar em forma integrada a situação de um ou mais municípios ou de forma desagregada intra-municipal.



Em seguida foi apresentada algumas das potencialidades vinculadas de alguns temas centrais para avançar no diagnóstico do tema do trabalho nos municípios e no país para orientar as políticas.

Daí ressaltar a agenda do trabalho decente, como o pacto nacional do trabalho decente e outros. Pactuação de desafios para trabalho decente. Proposta de desafio para enfrentamento da questão. Existe ou estão em construção agendas estaduais e municipais de trabalho decente, que é a pactuação entre os atores daquele território sobre quais são os principais desafios do trabalho de decente e definir uma proposta de enfrentamento da questão.

Dados do emprego formal mostram que houve um aumento do trabalho formal no Brasil, que passa de 46,7% para quase 60% da população entre 16-64 anos, mas ainda existem quase 37,5 milhões de ocupados na informalidade (dados Pnad 2013) e uma variação estadual muito grande que vai do mínimo de 28,7% no Maranhão ao máximo de 74% em Santa Catarina.

Uma taxa de formalidade entre 16-64 anos corresponde ao somatório de: Trabalhadores com carteira de trabalho assinada (inclusive os trabalhadores/as domésticos/as + Militares e funcionários públicos estatutários + Empregadores e trabalhadores por conta própria que contribuem para a previdência social Dividido) pelo número total de ocupados X 100.

É também possível perceber no gráfico apresentado há diferenças raciais na situação de formalidade no mercado de trabalho.

Segundo a análise do Sistema de indicadores de trabalho decente em termos municipais (Censo 2010, SIMTD) há uma variabilidade na taxa de formalidade nos municípios, que vai do mínimo: 2,9% (Juruá, AM) ao máximo: 90,1% (Saudades, SC).



Apesar dos importantes avanços no Brasil, a informalidade ainda era expressiva na maioria dos municípios brasileiros: é superior a 50% em 59,4% do total. Destes, 50% localizavam-se no Nordeste (em especial na Bahia, Piauí, Paraíba e Maranhão), onde estão os maiores índices de pobreza.

Mesmo com níveis inferiores de informalidade, as capitais abrigam 1 de cada 5 (20%) trabalhadores(as) informais, claro por ter a maior quantidade da população. As capitais com maiores taxas de informalidade estavam nas regiões Norte e Nordeste.

Só um exemplo do que se pode fazer em termos de políticas que esses dados evidenciam, um esforço concentrado em 24 municípios – capitais e grandes centros – poderia reduzir significativamente o número de trabalhadores informais”. Isto tem relação como dirigir as políticas públicas.

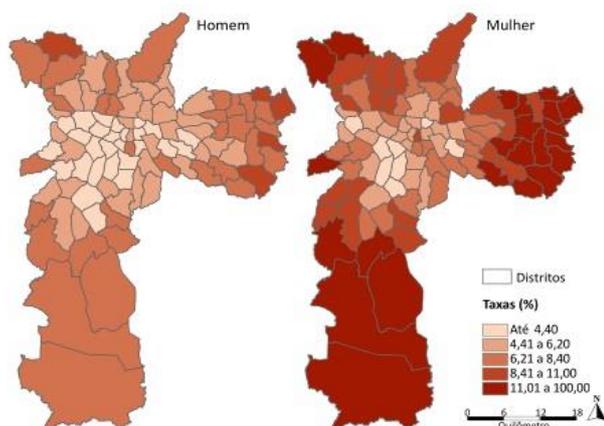
Que municípios são esses 24? São diversas capitais e grandes centros urbanos. Cada um com mais de 100 mil trabalhadores/as na informalidade e que concentram 20% do total nacional de trabalhadores/as informais.

O Microempreendedor Individual (MEI) vem contribuindo significativamente para a redução da informalidade em diversos municípios do país (Dezembro de 2013): 3,66 milhões de trabalhadores formalizados pelo MEI (dez/2013) (representavam 11% total de informais existentes em 2010). Nas Capitais: 1,12 milhões (17% dos informais existentes em 2010) e em 6 delas superava os 20% (Belo Horizonte: 24,2%; Florianópolis: 22,5%; Rio de Janeiro: 22,2%; Vitória: 21,7%; Salvador: 21,1%; Palmas: 20,3%).

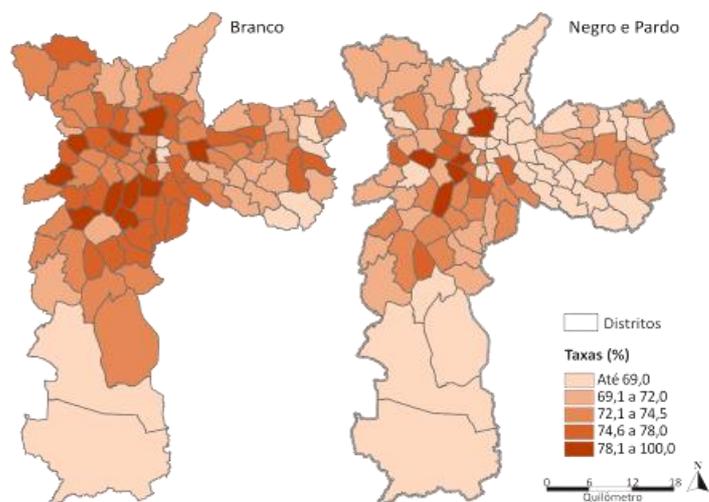
Exemplo em São Paulo, foi feito o exercício de desagregação para dentro do município. Falar de trabalho decente em São Paulo: uma coisa é falar nos jardins outra coisa é na zona leste. As desigualdades territoriais são imensas. Então, para terem uma ideia as taxas de ocupação em 2010 (ver mapa)



aumentava o desemprego na área mais vermelha, áreas mais periféricas. Está claro no mapa a questão do desemprego na territorialidade e isso diz respeito à organização do território, mobilidade urbana e outros problemas como não haver oportunidades de emprego em determinadas zonas da cidade. Não é só uma questão de discriminação ou dificuldade de acesso para os moradores dessa zona, congestionamento, tráfego, mobilidade e etc.



Se vamos para taxa de formalidade entre brancos e negros (ver mapa) quanto mais claro, maior a taxa de informalidade. Fica claro no mapa que a questão espacial.



Emprego público

(Dezembro/2012)/Pessoas com deficiência



O Peso da administração pública (predominantemente prefeituras) no total dos vínculos empregatícios formais é mais de 50% em quase 40% (38,5%) dos municípios e mais de 75% em quase 20% (19,2%) dos municípios. No entanto, a Inclusão de Pessoas com Deficiência em 31,5% do total de municípios brasileiros (1.751) não contavam com nenhuma Pessoa com Deficiência inserida no mercado formal de trabalho e 61.500 Pessoas com Deficiência severa estavam à procura de emprego nesses municípios. Aqui tem um mito forte de que não há pessoa com deficiência procurando emprego, pois se acomodam com o Benefício assistencial à pessoas com Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social³). Em 72% destes municípios a administração pública respondia por mais de 50% do emprego formal, portanto a administração pública poderia constituir-se num importante veículo de empregos formais para essas pessoas.

Jovens

Discussão sobre os Jovens que não estudam e não trabalham (entre 15 e 24 anos). Necessidade de qualificar melhor esta categoria: melhor falar em “jovens sem estudo e sem ocupação no mercado, naquele momento”; forte componente de gênero, maior incidência nas mulheres, especialmente negras, ou seja, necessidade de educação, trabalho, creches, escolas de tempo integral.

Parece que são jovens que não estão “nem aí”, mas a análise de dados provam que há uma enorme diversidade de situações. Não há uma realidade estática, situações conjunturais e estruturais. Tempo médio (IPEA): 4 meses.

Nível de educação e dinâmica do emprego formal

³ O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e consiste no pagamento de um salário-mínimo mensal a pessoas com 65 anos de idade ou mais e a pessoas com deficiência incapacitadas para a vida independente e para o trabalho. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/cadastro-unico/gestor/bpc-beneficio-de-prestacao-continuada>



Houve significativos avanços no nível de escolaridade no período recente; mas ainda há uma alta porcentagem da população de 15 anos ou mais sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (censo 2010).

A média nacional de escolaridade (que deveria ser de 100%) é de 64% da população. Não ter hoje ensino médio é uma barreira para entrar no mercado de trabalho, cerca de 90,0% dos novos empregos surgidos no mercado formal exigem pelo menos o ensino médio completo. Continua sendo uma barreira para o mercado formal.

Dados mostram uma dimensão de desigualdade no Brasil por raça e nível de renda.

Rendimentos e desigualdades de gênero e raça

Aqui é muito importante os rendimentos do trabalho. O Rendimento médio real do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, com rendimento - Brasil, 2004 - 2013.

Mostra que o nível da desigualdade é muito alto, mas tem ocorrido uma redução da desigualdade muito importante.

O total dos rendimentos aumentaram 43%, para os homens aumentou em 42%, para as mulheres 49%. Para os brancos aumentaram os rendimentos em 42% e para as mulheres negras aumentou em 62%.

O que explica isso? Salário mínimo. Política de valorização do salário mínimo e formalização do trabalho, que pode explicar a redução das desigualdades.

Quanto ao percentual da população ocupada que recebe 1 salário mínimo mensal por sexo e cor ou raça (Pnad, 2013), as mulheres negras representam



32% do total de trabalhadoras e trabalhadores que recebem 1 salário mínimo. Se há uma política vigorosa de valorização do salário mínimo há uma redução das desigualdades importante. Ainda é muito acentuada.

Os dados desagregados (São Paulo) mostram um problema de segmentação ocupacional que diferencia homens, mulheres, negros e brancos.

Outras dimensões da igualdade de oportunidades

Pessoas com deficiência severa no Rio de Janeiro, há uma taxa de 9% de pessoas procurando emprego (IBGE, 2010).

A não realização das chamadas “adaptações razoáveis” no trabalho e no local de trabalho é considerada, cada vez mais, como uma forma inaceitável de discriminação no emprego. Também não há adaptações na cidade que garantam a acessibilidade, locomoção, transportes, que garantam acesso ao mercado de trabalho.

São conceituadas como adaptações razoáveis: o ajustamento e modificação de máquinas e equipamento, a modificação do conteúdo funcional e da duração e da organização do trabalho e a adaptação do ambiente de trabalho para assegurar o acesso ao local de trabalho, com vista a facilitar o emprego de pessoas com deficiência.

Conciliação entre trabalho, vida pessoal e familiar

Existem muitos dados disponíveis. Apresentou apenas o total de Mulheres ocupadas e frequência dos filhos à creche e escola (16 a 49 anos, Município de S. Paulo, Censo 2010): Total de mulheres ocupadas com filhos de 0 a 3 anos: 271.794 (10,9% do total). Nenhum filho frequenta creche: 44,6% e Algum/todos filhos(as) frequentam creches : 55,4%.



O tema das creches é central para garantir o acesso das mulheres ao mercado formal das mulheres.

Deslocamento casa – trabalho

Outro tema-chave é o deslocamento casa-trabalho.

Se pensarmos na jornada de trabalho, que é um indicador do trabalho decente, aqui também tem um indicador muito forte da dimensão de gênero, tem que pensar na jornada de trabalho, nos afazeres domésticos (diferenças entre homens e mulheres é muito grande) e o tempo de deslocamento. As mulheres trabalham cerca de 5h a mais.

Trabalho a ser abolido

Trabalho com condições análogas de trabalho escravo. Mapa do trabalho análogo ao escravo no Mato Grosso, em que foram encontrados 20 municípios com maior incidência de trabalho em condições análogas à escravidão, dos quais apenas 5 tinham ações de combate ao trabalho forçado.

Significativa redução do trabalho infantil (Brasil)

As estatísticas do Brasil se destacam internacionalmente. Redução do trabalho infantil expressiva: entre 1992 – 2013, redução 8 milhões em 1992 para 3 milhões em 2013. Se tirarmos deste total os jovens e adolescentes com 16 anos e mais, que estão em formas protegidas de trabalho, e os entre 14 e 15 anos (jovem aprendiz) esse número cai em 2 milhões.

Vimos que a grande maioria está concentrada na faixa de 14-15 e 16-17. O trabalho é proibido sobre qualquer forma no Brasil até os 14 anos. Entre 14 e 16 anos é permitida a situação de aprendiz e entre 16 e 18 desde que não estejam na lista das piores formas de trabalho.



Então, mais de 80% do trabalho infantil no Brasil está depois dos 14 anos, tem uma relação muito forte com a transição escola-trabalho e com o trabalho decente para o jovem.

As políticas de aprendizagem seriam muito importante. Existe no Brasil cotas de aprendizagem, que é uma forma de trabalho protegido para adolescentes a partir de 14 anos.

Uma soma aritmética dos 2 milhões corresponde mais ou menos se as cotas fossem cumpridas eliminaríamos essas situação. No entanto, o censo 2010 mostra que 888,4 mil crianças de 14 e 15 anos estavam trabalhando no conjunto dos municípios brasileiros. Neste mesmo ano, a RAIS: apenas 23,8 mil contratos de aprendizagem nessa faixa etária (2,7% da população ocupada), nenhum aprendiz em 86,3% dos municípios (4.801), lembrando o peso do emprego público, então se cada prefeitura contratasse um jovem aprendiz poderia modificar essa realidade.

Gabriel Medina (Coord.)

Em São Paulo estão sendo construídos indicadores de violência que faz um comparativo de 2000 a 2010 pegando dados de acesso a moradia, transporte relacionados a qualidade de vida. Este também é um desafio desta agenda sendo construída aqui pensar como a gente mede a qualidade de vida, do trabalho decente, acesso a educação que podem ir produzindo elementos para avançar nas políticas públicas.

Apresentou o Renato Meirelles destacando que o Data popular tem pesquisado a juventude, sobretudo a juventude das favelas, periferias urbanas, e tem contribuído muito sobre os quem são os jovens hoje, quais são os seus desejos, suas demandas.

Renato Meirelles -



Saudação geral a mesa e aos presentes.

Data popular é um instituto de pesquisa, não é uma fundação que formula política pública. É um instituto de pesquisa criado em 2001 para entender a opinião dos Brasileiros. Não tem a pretensão de formular políticas públicas, mas tem a pretensão de provocar o debate sobre políticas públicas.

O papel do Data Popular é debater as mudanças econômicas, de vida, o impacto que isso tem nas cidades a partir da ótica dos brasileiros impactados por políticas públicas.

Para isso, o primeiro passo necessário é ver de que posição eu olho isso. Isso não é secundário na formulação de políticas públicas. Se quem formula esta questão não percebe que exerce um espaço privilegiado, não consegue se colocar no local do outro, reproduz lógicas preconceituosas, chavões preconceituosos.

Todo desafio de quem formula políticas públicas passa se colocar no local do outro e entender para que serve o Estado, logo no limite o debate é a que serve o estado? Qual a função do Estado?

A apresentação de hoje foi com base num recorte das pesquisas com foco nas favelas brasileiras.

Como favela aqui entende-se de territórios fruto de ocupação. Para tentar entender as mudanças que ocorrem neste território. Parte disto está no livro “Um país chamado favela”.

Por que a favela foi escolhida como recorte desta apresentação? Porque a Favela é território. Aqui estamos fazendo um debate sobre cidades, sobre habitação. Nós temos 89% dos moradores das favelas concentrados em regiões



metropolitanas. Estamos falando de um conjunto de pessoas que fazem parte de um território.

Os líderes comunitários não gostam que chamem de comunidade as favelas, pois comunidade pode ser a comunidade japonesa em uma cidade, como o bairro da liberdade em São Paulo. Favela também é comunidade, mas aqui a gente fala do território.

A favela é fruto de uma ocupação. A ausência do Estado e do poder público fez com que as condições da favela fossem reproduzindo a desigualdades na sociedade brasileira e até aumentando essa desigualdade.

Nós temos a favela como o maior território brasileiro com ausência de ruas asfaltadas, com ausência de escolas, creches, saneamento básico, posto de saúde e transporte públicos.

Ausência de políticas públicas no território das favelas na prática era um vetor de ampliação da desigualdade. Sem adentrar no quanto o tráfico de drogas adentrou nas favelas e se aproveitou da ausência de políticas públicas no interior da favela.

Hoje o Brasil tem 12 milhões de pessoas morando em favela. Seria equivalente ao 5º maior Estado do Brasil. Tem mais favelado do que gaúcho no Brasil.

Cerca de 42% dos lares de favela são chefiados por mulheres, nós estamos atualizando os dados, hoje está em 46% dos lares chefiados por mulheres. 24% de mães solteiras morando em favela. Isso não é pouco quando se pensa em política pública, no processo de ocupação do território e do impacto que isso tem na sociedade brasileira.



80% dos moradores de favela afirma que tem casa própria, porque tem papel, porque comprou de alguém. Isto não significa que tenha regularização fundiária, tema fundamental para discutir habitação nas favelas. Em média as casas custam 63 mil reais do valor que pagam pela casa dentro da favela. Como pagaram, consideram que são deles as casas, mesmo sem ter uma escritura pública. Hoje muitos deles exibem uma conta de luz para comprovar o endereço, ao ter como comprovar o endereço podem ter acesso a créditos, podem incluir no currículo e, conseqüentemente, podem afirmar que a casa é deles, mesmo sem escritura.

29% dos moradores de favela nasceram na própria favela e 29% nasceram em outras favelas. 42% não nasceram em favela, a maioria foram pessoas que migraram da zona rural, sobretudo da região nordeste do país, ou seja não significa que ficaram pobres e foram morar nas favelas das cidades.

53% dos moradores de favela afirmaram que faltou dinheiro para comprar comida. Isto é o retrato dos territórios do que são as favelas hoje e do desafio de pensar a cidade considerando a favela, que tem 12 milhões de pessoas morando.

A violência está completamente presente nesse território. Como se fala em ocupação de espaços públicos em ambientes que não são seguros. Isso coloca as UPPs para discutir as cidades.

A discussão das UPPs se perdem em uma falsa polêmica. Parece que existe o debate entre as pessoas que acham que a UPP não substitui o conjunto das outras políticas públicas e as outras pessoas acham que o único problema é violência. É uma falsa polêmica.

As UPPs mudou a perspectiva de vida e crescimento das favelas. Elas não substituem o conjunto de outras políticas. Agora a discussão da UPP passa por



duas outras questões. Por mais que a maioria das pessoas sejam favoráveis as UPPs, a maioria critica, mas dizem que do jeito que está não dá, pois a UPP restringe o acesso a determinados locais da favela, ao invés de ampliar. Bandido sabe a diferença entre bandido e trabalhador, o policial acha que todo mundo é bandido na favela.

Quando se pensa na ocupação do espaço, é muito difícil pensar que temos receber uma batida policial na sua casa, pensar que todo dia tem que ser revistado ao chegar me casa, isso é discutir o espaço, é discutir as cidades, é discutir o acesso a sua própria casa.

Os moradores do asfalto são mais favoráveis a UPP do que os moradores da favela, para os moradores do asfalto as UPPs não estão na favela para resolver a segurança dos moradores da favela, as UPPs estão na favela para proteger os moradores do asfalto.

O debate das UPPs é feito de forma estéril e parece que é ruim ter uma ocupação do poder público na favela, inclusive da polícia que tem o monopólio da manutenção da ordem do Estado.

A presença do poder público nas favelas é um ganho, mas não é sinônimo de satisfação. 85% consideram insatisfatória a segurança pública, 80% consideram as condições das ruas e calçadas insatisfatórias, 77% insatisfeitos com o saneamento, 74% insatisfeitos com os postos de saúde, 69% insatisfatórios com a iluminação pública, tudo isso é a cidade, é política pública.

Nesta realidade das favelas que está muito melhor que o passado, mas aquém da dignidade humana, não dá para só se falar polícia.

Existe um outro lado da favela que pouca gente entende. A elite não se entende como elite. Por isso, quem formula política tem dificuldade de se



enxergar, não se identificam com a elite. Logo tem dificuldade de formular política.

O Data Popular fez um recorte. Elite são pessoas da classe A e B, que fazem parte o mínimo da segunda geração de universitários da família. Quatro em cada dez pessoas da elite se entendem como pobre.

Se você tem renda familiar com mais de 10 mil reais, você faz parte dos 5% mais ricos do Brasil.

O que mudou nas favelas brasileiras? O que mudou foi trabalho.

O Bolsa Família é fundamental. 25% das pessoas das favelas recebem benefício, no nordeste são 43%. Então, este programa é menos importante nas favelas do sudeste que no nordeste. 51% dos moradores tem trabalho formal nas favelas (2013).

Por outro lado, isso implica a mudança de comportamento. Aumento da vontade empreendedora nas favelas. O Emprego formal deu condições até um limite, mas há um sentimento de que o empreendedorismo pode levá-lo além. 4 em cada 10 moradores de favela tem vontade de abrir seu próprio negócio. 63% querem abrir o seu negócio dentro da própria favela. Na pesquisa foi perguntado qual foi o motivador de abrir o seu próprio negócio, a resposta de quase 1/3 foi por necessidade, mas a maioria absoluta quer abrir o próprio negócio por oportunidade, por vontade própria, pois acredita que o trabalho formal tem um teto de crescimento econômico.

Os moradores da favela identificam que não conseguirão trabalho em que vão ganhar mais que um salário mínimo e meio. A maioria dos moradores das favelas, é mais negro que a média da população, negros ganham menos que os brancos, mais feminino do que a média da população, e as mulheres ganham



menos que os homens, e tem menos escolaridade que a média da população, emprego formal tem teto de crescimento, e a forma que o morador da favela encontrou para sair de um determinado nível é sendo empreendedor, é abrindo seu próprio negócio e na maioria dentro da favela.

Educação é um valor importante nas favelas. 7 em cada 10 moradores vem na educação um instrumento para progredir na vida. 73% dos moradores jovens da favela, entre 18 a 30 anos, já estudaram mais que o país.

Tudo isso fez existir nas favelas uma revolução do consumo. As favelas movimentaram 64 bilhões de reais, que é praticamente a soma de todo consumo da Bolívia com todo consumo do Paraguai.

Isso aconteceu numa velocidade tão grande que leva a contrastes (imagem de uma casa com o interior bem equipado e a parte externa sem acabamento de arquitetura no Jardim São Luís em São Paulo).

Os Antropólogos do Data Popular explicam a casa: o ambiente seguro dentro da casa, é para manter jovens dentro de casa, longe da violência. Dificuldade de construir a melhora da parte externa das casas das favelas. Economista do Data Popular explicam a casa: não tem financiamento eficiente para material de construção em relação a material de consumo, não tenho financiamento de serviços.

$\frac{1}{4}$ das famílias das favelas tem veículos. Nos processos de urbanização das favelas, afirmam que não pode ter garagem dentro da favela. Se não tiver garagem o carro fica no meio da rua, quem decide não é o Estado se o morador da favela vai ter ou não o carro. O Estado é fomentador de política pública, mas não é o estado que vai decidir se o morador da favela vai ter carro.



Inflação das favelas: a vida nas favelas ficou mais cara. Houve uma inflação das favelas. Há hoje casas em Paraisópolis que custam 200 mil reais. A vida na favela ficou mais cara dentro da favela.

Não dá para falar da favela sem falar do preconceito sentido pelo morador de favela. 47% das pessoas do asfalto não contratariam uma pessoa da favela. Estes são os que admitem. A primeira palavra lembrada pelas pessoas do asfalto quando se fala em favela é “violência”.

59% dos moradores de favela concordam que quem mora em favela sofre preconceito.

62% dos moradores da favela já se sentiram discriminados relacionados a cor e raça e por morar no território da favela. Estamos discutindo moradia, habitação e temos o território da favela sendo motivo de preconceito por parte do asfalto.

65% dos homens moradores de favela já foram revistados pela polícia. No Brasil 30% do homem já foram revistados pela polícia.

Na favela todo mundo conhece todo mundo. Em média há 3,3 parentes morando na favela. 71% receberam amigos em casa, 72% receberam vizinhos. 9 em cada 10 receberam vizinho, amigos ou parentes em casa no último mês.

66% não gostariam de mudar da favela. Vida comunitária na favela. Criam um ecossistema econômico e social, que faz com que 2/3 moradores da favela não saiam da favela nem que a sua renda dobrasse e 94% dos moradores da favela se consideram felizes.

Debates:

Gabriel Medina (coord.):



Gostaria de completar dados, temos muitos positivos, mas também dificuldades. Um dos temas é a experimentação da juventude na cidade é a violência.

A violência tem idade, tem cor e na sua maioria se concentra nos grandes centros urbanos, nas periferias das cidades. Dados: 2012: tivemos 56 mil pessoas vítimas de homicídios no país, dessas pessoas 53% eram jovens de 15 a 29 anos. Mais da metade são cometidos contra jovens.

Se analisarmos os dados do trabalho decente, nós temos uma concentração da violência. 142 municípios do Brasil concentram 70% das mortes. Isso significa que a construção de políticas universais com focalização nos territórios, não só na cidade. Temos a possibilidade de construir estratégias significativas contra a violência com resultados efetivos.

Isso significa uma agenda de ampliação de direitos. Grande parte dos jovens que acabam sendo mortos estão fora da escola, são negros.

Devemos também pensar em políticas de acesso à justiça e de controle de natalidade das polícias. No caso de São Paulo aumentou o numero de natalidade pela polícia. É necessária a mudança do modelo de política pública do país. A união deve ter um papel importante neste repensar da política pública brasileira, que hoje é responsabilidade dos Estados.

71% dos jovens mortos são negros. A cada 2h são 5 jovens negros assassinados no Brasil.

Hoje a sociedade brasileira está com uma agenda de redução de direitos, como bandido bom é morto, como a redução da maior idade penal, ou seja, políticas regressivas e não de proteção de direitos dos jovens.

Quando se pensa nos conjuntos habitacionais, esquecemos de pensar os espaços de vivencia das gerações, esquecemos de pensar nos idosos e na juventude.



Esquecemos também de pensar espaços de sociabilidade. Sociabilidade não significa só construir quadra de esporte, temos que pensar espaços de convivências noturna para juventude. Os *pancadões* em São Paulo e no Rio de Janeiro fecham ruas por até 3 dias. As pessoas questionam, Mas onde os jovens podem experimentar? Esta realidade é gravíssima nas favelas, temos dificuldade de construir praças e outros espaços de sociabilidade, dificuldade de construir uma nova cidadania.

Essa geração que começa a aumentar o consumo, a questão da vivencia da cultura é importante além do trabalho descente.

A cultura é uma agenda que tem mobilizado a juventude. Ocupe Estelita, Parque do coco, o Parque augusta são exemplos de debates do espaço publico, confrontando com o mercado, que vendem uma cultura do consumo e do medo.

O tema do espaço público é fundamental para juventude. A ideia deste seminário, é importante para engajar os jovens neste debate.

Aberta a rodada de perguntas e debate:

perguntas:

Sidney – Movimento de moradia.

Movimentos de habitação não é asfalto. Nem todos os morados dos asfaltos são iguais.

Aparecida:

Mães de jovens, a escola ensina e os pais educam. Quando se abre uma escola técnica na região, constroem um condomínio para ricos.. Pancadão como forma de lazer. Construíram um shopping, quando os jovens pobres vão é rolezinho. Não adianta ter jovem aprendiz limitado, tem que ser expandido.



Nazareno:

Mobilidade: a via pública não é do automóvel. Questão do acesso para deficiente público, tarifa social. A bolsa família: como incluir dentro de uma tarifa própria. A maior parte das pessoas que estão na bolsa família, não tem acesso a transporte público.

Nildes:

Poucas novas escolas nos novos bairros que surgem. Pobre tem que ter acesso à lazer como política pública.

Quanto as deficiências, o deficiente é tratado nas empresas com a mesma praticidade do empregado normal. Ele tem necessidades especiais, tem que ir mais aos médicos, por exemplo, as empresas não entendem.

Menor aprendiz: deve ser verificado nas empresas públicas, dão preferencia aos maiores de 16 anos.

Antônio Silvestre:

O CRAS é um espaço revolucionário. Faz inclusão social.

Manuel Vanderlei (microempreendedor):

Mudanças no país após o MEI. Com o MEI as pessoas abandonaram a bolsa família. Conselho Nacional do Microempreendedor luta para demonstrar que geram emprego no país.

Maria das Graças:

Mulheres: 50% da população. Mesas com poucas mulheres.

Pesquisa das favelas: se identifica. Cruzar com policial gera medo. Cruzar com traficante, se sente seguro. Abordagem da polícia ocorre por pressupor que morador da favela é bandido.



Miscigenação da população brasileira: negro mora na favela. Branco que mora na favela, não pode morar na favela. Invisibilidade do morador da favela. Morador das favelas tem medo de denunciar policiais e sofrer represálias.

No documento internacional, deve indicar os pontos positivos e no que deve avançar na questão das mulheres, juventude. Ressalta a carta do direito à cidade, que foi construída no último fórum.

respostas pela Mesa:

Renato Meirelles:

Como se lida com a relação favela e asfalto para romper a segregação. Boa parte dos moradores do Brasil entendem o território da favela como perigoso, logo os seus trabalhadores.

Laís Abramo:

Os comentários falam das múltiplas discriminação e a segregação. Vão se superpondo. Tema central: jovens, negros, mulheres, renda. O exemplo da escola técnica mostra as barreiras, mostra a necessidade de políticas públicas mais eloquentes.

Temas como os das pessoas com deficiências: há lei de cotas. Por que essa lei não é cumprida? Dizem que as pessoas não querem trabalhar. Mas há uma responsabilidade do poder público. Se não tem acessibilidade não tem pessoas trabalhando e sendo produtivas.

Se as prefeituras inserissem pessoas com deficiências na administração pública, haveria impacto na vida dessas pessoas. As empresas também tem responsabilidades. A mesma questão para o jovem aprendiz.



A economia solidária pode potencializar o trabalho.

Fernando Kleiman:

Tópico em comum das falas: desigualdades. A questão do afastamento: preconceito. É quase mais difícil combater o preconceito do que combater a pobreza. Há necessidade de esforço ativo de combater as barreiras simbólicas e espaciais.

Adultos que trabalham e recebem bolsa família diferem em remuneração, mesmo trabalhando o mesmo número de horas.

Os “Nemnem”: evasão escolar. Formas de educação: linguagem e incentivos. Escola não é interessante. Escolas do asfalto tem desenvolvido formas mais interessantes de educação. E a pública? Tentado por meio da escola integral. O que coube ao MDS? Mapa de carência onde a oferta é maior, tendo a bolsa família como *proxi*, recebe incentivos. Recortes dessas escolas, resolve a questão da nova escola? Não.

Tentativa de ampliar a criação de creches em que 50% são filhos de bolsa família. Experiências brasileiras importantes para o relatório.

O CRAS é uma tentativa de espaços de formação profissional.

Trabalhadores que tiveram acesso a política do Brasil sem Miséria: criação de cooperativas em área de periferia, coletivo de trabalhadores criam as suas regras independente de quem contrata. A economia solidária tem dificuldade de entrar em espaço de maior agregação de valor.

Mesma coisa para o MEI. Debate que passa pela cidade e pessoas. Formas de entrar na democracia e igualdade.



perguntas:

Marli:

Favela não deve ser reformada. Jovens morrendo na favela. Temos crise de representação.

Brasil deve levar posições como a mortalidade da juventude, morte em transporte (moto).

Maria de Lourdes:

É inegável as políticas compensatórias existentes nos últimos 12 anos, mas não há políticas estruturantes no Brasil. Políticas que criminalizam a pobreza. Estamos construindo novas periferias, mercantilizando as cidades, militarizando as áreas.

Rio de Janeiro: controle sobre a vida, tiram todos os moradores pobres, controle pela especulação imobiliária.

Consolidação das periferias com urbanização para pobres morar. Ambulantes são tratados pelo choque de ordem, com armamento. Controle urbano. Tem que ter política que inclua a todos.

Neusa Muller:

Quanto aos indicadores não avançamos na situação do envelhecimento. Dificuldade de dados da população de idosos. Tem que ter Sistematização de políticas para idosos. Na reunião dos BRICS, o envelhecimento apareceu como uma das principais preocupações.

Renato Balbim:

A agenda para os próximos 20 anos. A política pública tem um objetivo universal, mas se for feita de forma desterritorializada pode aprofundar segregações,



preconceitos e discriminações. Exemplo, o Minha Casa, Minha Vida que construía em espaço distante, pode gerar dificuldades no mundo do trabalho, educação, lazer e outros. Tem que fazer política pública territorializada.

A cidade é a configuração de um planejamento urbano que restringe ou amplia a sequencia de políticas.

Itamimar:

Favelas no Distrito Federal são condomínios irregulares. Aqui ricos moram em áreas irregulares, mas não são favelas. Aqui tem o inquilino de quintal. Ceilandia: 50m2 moram 12/13 pessoas. Acabaram as invasões em Brasília pelos movimentos sociais.

Janaína:

Equidade como eixo transversal. Equidade como direito de não pertencer ao mercado formal de trabalho. Empreendedorismo popular -pesquisa IPEA e SNJ.

respostas pela Mesa:

Renato Meirelles:

Tentar fomentar o debate das políticas públicas das pessoas não significa sempre a nossa visão. Opinião é opinião. Desafio é conquistar a opinião e se colocar no lugar do outro.

Algumas conquistas só fazem diferença porque algumas parcelas entendem que alguns avanços só é possível se não tivemos consensos possíveis.

Quais são os consensos que podemos construir, para fazer com que o território seja um ponto de junção e não de segregação. Temos segregação de idade, gênero, raça precisamos pensar no território em que vivem a população brasileira para não ampliar as desigualdades.

Laís Abramo:



Os dados apresentados são do sistema nacional de proteção do trabalho decente. O tema do envelhecimento devemos avançar. O sistema estatísticos brasileiro é muito bom, mas há dificuldade é transformar dados em informação.

Caso do trabalho infantil, temos dados disponíveis com uma série histórica. É muito avançado. O debate de indicadores de trabalho descente é inédito no mundo. É uma agenda internacional.

Temos que falar da população idosa. O aumento da população de mais de 60 anos é exponencial. Também temos que falar da carga da responsabilidade da mulher com os jovens, idosos, além da casa e do trabalho externo.

Idoso não anda na calçada em bairros de classe média. Na favela muito menos.

Fernando:

A Desigualdade deve ser um tema chave para o relatório nacional. Tema transversal.

A grave desigualdade é um problema secular, ainda que tenhamos um enorme avanço para as desigualdade, ainda há muito o que fazer.

O Brasil sem miséria mostra que é possível avançar.

Estado deve ser pressionado. A População idosa é uma questão central e a sua capacidade de pressão é baixa. Devemos pensar a organização política dos idosos.

Juventude também vale. A linguagem deve ser inovadora.

Gabriel Medina:

Encerra os trabalhos da mesa agradecendo a todos os presentes.



Mesa 6 - Direito a Cidade em Debate

Mesa 6 – 25 de fevereiro - Tarde

Painelistas: Paulo Teixeira - Deputado Federal-PT; Marcelo Edmundo - Central dos Movimentos Populares (CMP); Eduardo Tadeu – Presidente da Associação Brasileira de Municípios (ABM); Nelson Saule Junior – Plataforma Global do Direito a Cidade.

Coordenação: Sabrina Durigon Marques – Ministério da Justiça.

Relator: Francisco Comaru – IPEA

Sabrina Durigon: saudação geral e abre a mesa. Convida o Deputado Paulo Teixeira a fazer sua exposição.

Paulo Teixeira

Vou iniciar minha exposição a partir da demarcação de três períodos.

1º. Momento. Venho da luta da reforma urbana, luta contra a ditadura militar a velha periferia de quem ainda tinha algum emprego. Ainda que houvesse um desemprego importante também.

Aquele que comprou um lote sem guia, sarjeta e um forte movimento de moradia que teve um papel muito importante – fim dos anos 1970 e início 1980 – mutirões.

2º. Momento – Neoliberalismo e Era FHC. Paridade com o Dólar.

Período da publicação: “São Paulo crescimento e pobreza” – os trabalhadores que perderem os empregos foram morar nos mananciais.



3º. Momento – o ciclo pós neoliberalismo.

De um lado – uma serie de problemas sociais importantes – diminuíram alguns problemas – como o problema da fome. Colocou-se no lugar o tema do emprego, a valorização do salario mínimo, Minha Casa Minha Vida (MCMV), Programa de Aceleração do Crescimento (PAR), Credito habitacional e o movimento social incidindo com muito mais força.

Muitos instrumentais, muitas ferramentas, muitos estímulos políticos, por pressão social, as políticas que não tivemos na ditadura nem no neoliberalismo.

Conseguimos mudar a legislação brasileira. Inserimos o direito a moradia na Constituição Federal, conquistamos o estatuto da cidade, regularização fundiária no PMCMV. Temos que apontar problemas e desafios

Os movimentos sociais tiveram um espaço importante nesses últimos anos que foi o Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNUR). Repercussão do FNUR no Congresso Nacional.

Reflexos na economia: crise de 2009: deu-se incentivo de credito para aquisição de automóveis. Dificuldade de mobilidade urbana nas cidades brasileiras. O incentivo a aquisição do carro dificultou o transporte público. Lançamento de credito para a construção civil, setor médio, mas não conseguimos combater a especulação imobiliária, a disputa pelos terrenos pelo segmento privado encareceu os terrenos no Brasil e, ao mesmo tempo, as áreas reservadas para os programas populares foram as áreas periféricas.

Não estaríamos acentuando o padrão periférico de ocupação do tecido urbano? Temos um potente programa habitacional com ausência de politica urbana. Disponibilizamos muito recurso, mas não temos muita competência no sentido de capacidade e politica para que a população se beneficiasse da mais valia da valorização dos imóveis. É um segundo problema que quero marcar na minha fala.



As prefeituras conhecem e dispõem de capacidade técnica de vontade política de fazer esse enfrentamento da especulação imobiliária. Os segmentos especulativos são fortes e por si trabalham contra o uso dos instrumentos. Será que foi colocado na agenda. Temos um potente programa habitacional, sem uma política fundiária e enfrentamento dos temas urbanos.

É necessária uma escola nacional de política urbana⁴ para a formação de gestores municipais, estaduais, que preparasse os gestores para o enfrentamento da política urbana. Poucas gestões implementaram os instrumentos de política urbana de que dispomos. Diante de uma especulação imobiliária tão forte, a implementação desses instrumentos é muito difícil. Nota-se uma perda de capacidade regulatória diante do poder econômico.

Somos um país onde a democracia é de massa. Voto universal. Porém, há um crescente domínio do dinheiro na democracia. O financiamento privado de campanha captura as instituições políticas. Assim, quem tem dinheiro manda nos setores políticos.

Não temos conseguido criar uma democracia de alta intensidade. Ao contrário, estamos vivendo restrições nos orçamentos municipais importantes. Há na sociedade brasileira uma baixa acolhida da participação popular e, de outro lado, há movimentos sociais ascendentes.

Tivemos aquela onda do Orçamento Participativo, mas não me parece que estamos vivendo esse período daquela onda da participação popular. Agora estamos vivendo restrições importantes do ponto de vista orçamentário.

Trazer o tema deste momento que na sociedade brasileira há uma baixa acolhida a participação popular – principalmente nas cidades e estados – no federal um pouco diferente.

⁴ Interessante como recomendação para o relatório



Como garantir cidades justas, equilibradas, ambientalmente sustentáveis? Como garantir o direito a cidade? Acho que estamos num bom momento, apesar de seus impasses.

Há movimentos também da elite brasileira que querem o impeachment, e os movimentos sociais estão nas ruas contra isso. Acredito que o movimento social no Brasil deve colocar na agenda do país a reforma política, pelo aprofundamento democrático e de direitos.

Apontar das virtudes deste período.

Que houvesse a captura dessa mais valia a favor dos segmentos mais pobres, e não a favor do sistema privado. Será que não teríamos que ter uma escola nacional de política urbana para gestores que enxergassem para o enfrentamento da política urbana.

Os movimentos sociais ganharam mais força. O dia ser planejado – você tem que levar em conta o clima, o tempo, trânsito e o movimento popular. Como garantir cidades justas equilibradas, sustentáveis. Os impasses, dilemas e desafios. Temos que olhar agora um movimento que quer fazer uma ruptura com a democracia, que quer ganhar no tapetão. Os movimentos sociais tem que estar atento ao movimento dos que querem o impeachment. O movimento social tinha que colocar o tema da reforma política para garantir que a maioria mande e não o poder econômico mande e não que a elite de uma elite capture a democracia temos que retomar o vigor de um projeto nacional.

A corrupção aparece porque, tem muitos mecanismos. Roubar hoje é um risco muito maior que nas décadas anteriores. Corrupto tem que pagar, devolver o que roubou e o Brasil tem que continuar. O processo na Petrobrás, temos que não permitir privatiza-se e o Brasil não pode parar.

Questão central para mim é como o movimento social pode e deve engajar pela reforma política. Tem um ato e está muito complicado. Vou ouvir o próximo e vou precisar me ausentar.



Sabrina

Hoje o texto esta chegando lá. A gente que trabalha com política legislativa sabe que às vezes precisa recuar para depois avançar.

Marcelo Edmundo

Nossos espaços enquanto movimento popular. Acho importante a participação dos movimentos mesmo sabendo para quem serve porque temos no mínimo uma tarefa de perturbar por isso que sempre faço uma de um samba do Aluizio Machado. “Os direitos humanos não iguais, mas existem as classes sociais”.

Esse direito que agente discute, o direito para as classes hegemônicas. Então é fundamental, por isso agente percebe que nas cidades, por mais esforços, ela exclui cada vez mais.

Quando agente olha superficialmente ate enganam. O excedente para a produção é colocado para periferia para os mais pobres e entram como elementos. Marcamos nossa posição dos movimentos, movimentos que lutavam pela reforma urbana. Falta sistema, lutamos pelo FNHIS. No momento que conseguimos, temos a ducha de água fria do MCMV.

Vamos avançar dentro do que foi conseguido, conquistamos o MCMV, e todos que estudam o programa e veem a diferença entre o MCMV Entidades e o MCMV Empreiteiras. Mesmo assim encontramos muita dificuldade, todo o processo eh difícil. Vemos as empreiteiras, agente vive agora uma grande dificuldade em relação a isso.

Lembrar-se dessa cidade. Remoções os despejos, essa força maior vai e reforça as comunidades para as periferias para longe, dentro deste processo desta eliminação dessa população que existe, cada vez mais vemos um elemento fundamental desse momento que luta. Sem falar nesse assunto – pesquisa que mostra que o Brasil é o país que mais se mata no mundo. Essa população que



incomoda, que não consegue se inserir. Essa população que não consegue incluir os seus filhos. O mercado não consegue absorver esse excedente, e o Estado reprime essas iniciativas da população quando vai vender seu churrasquinho de gato, seus produtos. Hoje há repressão aos ambulantes. Empresário resolve mudar de vida. Vende a pipoca prefeitura reprime.

Enquanto o cara da classe alta vai vender num carro e a prefeitura incentiva. Essa cidade tem que ser de alguma forma ser encarando olhando na cara, no olho. Mesmo aqui é só olhar na cor da pele, para ver a diferença. Fazer uma análise fundamental de quem são nossos verdadeiros aliados, nos deixamos levar por pequenas conquistas.

Não se iludam com o que aconteceu naquele momento. Foi desligado dos movimentos populares, das articulações das periferias. É fundamental que a gente consiga conquistar esse espaço para um espaço real na sociedade. O Paulo falou- vivemos no Brasil um momento dos mais críticos dos últimos anos.

Vai ser um grande momento de conflito social. Aquela direita, aquele fascista, certa extrema esquerda, todos aqueles grupos tiveram oportunidade de se mostrar. É preciso atitudes concretas, claras e não abrir mão dos nossos valores e dos que acreditamos para a nossa sociedade.

É uma receita que nunca deu certo e nunca vai dar certo. Uma receita que mantém esse poder hegemônico. Quanto a gente fala desses processos, a gente percebe que vai nos levar a um abismo ainda maior. Fui do movimento do Comitê Popular da Copa, Fórum Urbano Paralelo do Rio de Janeiro. Não conseguimos superar. Encarar a cidade de frente, deixar de ver a cidade como espaço de show de espaço de não democracia. Mas não é um país onde a população pode desfrutar desse espaço. Fazer participação na base, participando colocando nossas demandas. Não desistindo nunca, todo esse processo cria.

Que a sociedade compreenda que quem vem de 'baixo' tem seu espaço e seu direito a ser ocupado.



Eduardo Tadeu – ABM

Queria cumprimentar todos. A ONU das prefeituras tem se pautado pelo habitat. Acho que é muito legal poder discutir a posição do Brasil, a posição dos governos, ONGs, movimentos. O meu papel é discutir a partir do ponto de vista dos movimentos sociais.

A gente tem focado no direito a cidade. Porque é tão importante? Contenha a ideia conceito do direito a cidade. Porque no fundo, estamos discutindo para que sirva a cidade? Para que existe cidade ou prefeitura. Para atender o mercado? O lucro? Ou esta para atender a cidadania e a construção e garantia de direitos. A função do poder local é a garantia de direitos.

Aqui no Brasil desde 1988 os municípios tem assumido um papel fundamental. O município tem um pedaço menor dos recursos. Mesmo assim é bom lembrar que entre os países, o Brasil é um os que os municípios tem um papel muito importante, e atuantes (25% do orçamento do geral), mas tem tido muito dificuldade de cumprir com seu papel. Inclusive com segurança publica. Acordos, por exemplo, raros são municípios que não tem guarda municipal.

Apesar dessa dificuldade me parece que é um elemento central para o direito a cidade. Me parece que os governos locais, estão na construção dos direitos para a cidadania. E por isso que temos articulado nos FSM os fóruns das cidades periféricas. Eu governei uma cidade assim, Várzea Paulista que é uma cidade periférica.

Foi em uma comissão discutindo o direito a cidade. Uma carta do México pelo direito a cidade. Na Coréia do sul que tem uma ação na área dos direitos humanos em nível local. Tem um centro de tratamento de vitimas da ditadura, tem um centro de formação em direitos humanos para a população em geral, e para os servidores em particular. Exemplos do que o governo local pode e deve colocar do ponto de vista do direito a cidade.

O papel esta na lógica da hegemonia, que esta na lógica da disputa. Ausência ou dificuldade do governo local. Algo que a gente já conquistou não aconteça lá na



ponta. Por isso temos nos pautado muito para construir articulação dos municípios:

Assistência técnica aos municipais. Imensa maioria dos municipais tem dificuldade de contratar um técnico para atuar na cidade. Necessidade da gente construir mecanismos de assistência técnica que auxiliem para que possamos superar. Outro assunto que me parece fundamental: na direção dos direitos básicos, saúde, educação, segurança, paz, oportunidade de gênero, direito das diferentes etnias. Nos parecem a lógica a cidade construída para a cidadania ou a cidade dos clientes dos que podem pagar, dos negócios.

A cidadania existe quando os diferentes direitos básicos e a participação social se consagra o direito a cidadania – participação. Os instrumentos de participação popular. OP muito atual, temos que retomar. PPA Anual participativo – diferentes conselhos. Nas pequenas e médias cidades os conselhos ficam as moscas, porque não tem movimentos sociais. É papel de todos, dos movimentos sociais e dos governos locais para que as pessoas aprendam a participar. Participar também sempre aprende.

A gente aprendeu a não participar. Outro aprendizado é aprender a participar. Portanto do meu ponto de vista, os governos locais podem e devem participar desses direitos. Que são de fato cidadania plena.

Os municípios podem ter cartas próprias de direito a cidade. Fizemos isso em Várzea Paulista, fizemos isso formação na temática dos direitos em geral. Temos que ajudar os municípios a construir. Dificuldades culturais também dos técnicos. É culturalmente vinculado a ideologia da não participação e do desprezo pelo conhecimento popular.

São espaços importantes para a construção da cidadania. Os técnicos devem também ser instrumentos do direito a cidade.



Coordenadora – Gabriela Durigom

O vazio dos conselhos – e o deságio que você coloca ele esta posto. Para que os instrumentos de participação.

Nelson Saule Jr.

Parabenizar pela iniciativa deste evento. Cumprimentar a todos.

Vou fazer uma divisão – uma perspectiva nacional e uma internacional – estamos alinhavando contribuições para o Habitat III – para uma nova agenda urbana global

Direito a cidade. Já tem sido ressaltado nesse seminário como um ponto fundamental. Pontuar um pouco alguns elementos históricos e qual o estágio que estamos hoje. Nós, enquanto movimento de luta de reforma urbana. Tivemos nessa perspectiva da participação que é a das emendas populares. Uma delas foi a da reforma urbana. E uma delas foi dos direitos. E do ponto de vista da vida nos direitos urbanos – vida nas cidades.

Moradia, transportes, equipamentos, urbanos, infraestrutura. Resgate dos direitos humanos como um eixo estruturando da repactuação política do estado brasileiro. A primeira concepção que é trazida da cidade é uma concepção dos direitos individuais.

Aqueles direitos dos cidadãos. As chamadas leis orgânicas, principalmente das capitais, encontramos capítulos desses direitos urbanos, fruto da luta, que, a meu ver, contempla. Foi feita uma avaliação – reforma urbana, cumprimento da função social da propriedade.

Relembrar historicamente, esse não foi o texto constitucional que nos queríamos e nem foram conquistas plenas, foram conquista parciais. Um dos motivos que tem que ser considerado, a forma como ficou o capítulo da política urbana na Constituição travou os municípios. Pensando vários municípios.



Vários instrumentos não eram autoaplicáveis. Tinha que ter plano diretor e depois – o processo político foi travado pela forma como o texto constitucional foi concebido. Falamos muitas vezes que as leis estão prontas, mas muitas vezes elas colocam empecilhos.

Campanhas para função social da propriedade. Se um dos pontos principais para levar para a ONU é a função social da propriedade e temos que fazer uma luta uma disputa de como são tratados nas disputas.

Após a Constituição de 1988 no movimento da reforma urbana buscam afirmar que esses sujeitos urbanos são coletivos. Organizações de bairros e favelas. Movimentos comunitários coletivos. Trazer para o Estatuto da Cidade, pensar nesta perspectiva mais coletiva. Como já tinha o direito ao meio ambiente, direito dos cidadãos.

Direito a cidades sustentáveis: articulação entre os direitos civis e políticos, com direitos sociais e ao meio ambiente. E com o Estatuto da Cidade foi uma forma de levar para uma discussão internacional, numa conjuntura política o início dos processos dos Fóruns Sociais Mundiais aqui em Porto Alegre e daí uma perspectiva de internacionalização dessa agenda do direito à cidade, com articulação da Aliança Internacional dos Habitantes, e da *Habitat International Coalition*. Foi feita uma aliança com movimentos.

A Carta de San Denis que fala do direito à cidade nesta dimensão mais coletiva e ser considerada num campo para a própria atuação dos países e governos e ser reconhecido o direito a cidade nesta perspectiva coletiva. Aqui, no caso do Brasil estamos conseguindo algumas conquistas, principalmente no tocante a participação. Pegando processos de planos diretores sem participação e os tribunais pegaram ai, no caso de SP já uma compreensão desde componente da gestão democrática e da participação. E a afirmação a serviços e qualidade de vida, estamos ainda num estagio de desenvolver melhor para as pessoas na situação de desigualdade.



Desde que se iniciaram esses debates nos FSM, Fóruns Urbanos, Conferência Global Rio 92, uma das questões que se coloca é: deixo as pessoas que vivem na cidade, ou uma concepção de cidade, ou estamos falando de algum bem (como o meio ambiente, um bem que tem que ser protegido).

Estamos falando da memória das pessoas que construíram a cidade? Esses espaços podem e devem ser preservados. Isso nós ainda estamos em construção e é uma riqueza, e podemos neste processo do Habitat III considerar qual conceito que a gente quer levar um direito coletivo e do que queremos que seja protegido.

Estamos falando de defender os DH nas cidades. Ou de um bairro que tem que ser preservado por ser histórico. Neste sentido tem uma iniciativa de construção de uma plataforma, ABM FNP, HIC, Habitat para Humanidade, *Action Aid* de trazer esses elementos para uma plataforma para esses direitos. Na plataforma tem 4 eixos:

- Direitos Humanos nas cidades: mulheres, segurança, migrantes, juventude, não preconceito por questões étnicas, etc.
- Da governança democrática e participação das cidades. Os modelos de cooperação intermunicipal, instrumentos, participação cidadã no processo decisório.
- Urbanização – proteção e uso dos bens comuns, a questão da água, espaços públicos, patrimônio, função social da propriedade.
- Desenvolvimento econômico. Garantia do trabalho para quem esta no campo informal. O caso dos ambulantes – trazido pelo “Street Net”.

Temos um texto base já. Pretendemos levar esse texto para Nairóbi e para Tunísia no FSM. Pretendemos que essa plataforma seja incorporada no documento brasileiro, não é só do Brasil e América Latina, mas foram trazidas de outras regiões.



E por fim, o Paulo Teixeira colocou a questão da reforma política. A participação foi a forma como a gente atuou, plebiscito, referendo. Acho que poderíamos ter uma proposição no Brasil de ter uma defesa do reforma urbana no Habitat. O famoso abaixo assinado. A gente toma essa iniciativa, fazer uma mobilização. Levar essa plataforma para o Habitat III.

Sabrina

Avanço no mercado de consumo. TV tela plana. A questão do saneamento básico. A participação pode ser um caminho para atingir esse patamar. Com base nos desafios

Agradecer a fala de todos.

DEBATES

Alex

Do ConCidades – participamos do GT. Elenquei três pontos que se não fossem elencados.

- Se a gente não enfrentar a cultura do “curto-prazismo”... Fazer planejando e planejar fazendo.
- Enfrentamento dos interesses econômicos – ter o couro grosso – pressão do grupo econômico. Toda a oportunidade de corromper o planejamento de médio e longo
- Condição política local. Que prefeito consegue viabilizar planta genérica? IPTU progressivo?

Se nos não lidarmos com esses três fatores, não termos resultados.

Secretario e professor – Tocantins –



Colocar uma questão do livro – assistência técnica e direito a cidade. Através da assistência técnica, da capacitação é que a gente vai mudar.

Importância do arquiteto e urbanista na cidade. Em Palmas conseguimos evitar a expansão urbana por meio dos movimentos sociais e CAU. Ontem a Junia colocou a culpa nas prefeituras. Será que o MCidades não tinha que ter capacidade. O numero mais importante?

Julieta Abraão

A gente só pode discutir participação quando tem esse tipo de debate daqui no processo do OP do povo fazendo, as pessoas começaram a abrir mão a partir da compreensão. Essa busca do direito a cidade.

Primeira conquista do direito a cidade se inicia convocando o povo. Começar a discutir o que queremos discutir e fazer. Acho que o melhor exemplo, o Brasil defende 100% a participação social. Não se poderá melhorar sem participação.

Gabriele

– Parabenizar. Conceitual – conceito de direito a cidade. Temos que saber o que estamos falando – tentar saber o que nos entendemos, para mim a referência é a Carta Mundial pelo Direito a Cidade, acho mais fácil desmembrar.

Os princípios a democracia, direito a moradia. Que já esta no Habitat II. Duas questões mais caras:

- Equidade e justiça social – eles já estão incorporados na legislação brasileira. Na constituição. Equidade esta prevista na saúde educação, etc. e a justiça social é principio na constituição de 1988.

Acho que o Brasil deve defender o direito a cidade na conferência

Marco Antônio, Vereador de Americana



Temos que defender a construção de políticas de Estado - políticas permanentes de Estado que não sofram com a mudança constante do poder.

Construção do sistema nacional do desenvolvimento urbano. E que isso possa sobreviver – ter políticas permanentes de estado.

Muitas vezes olhamos o poder publico como executivo, Paulo Teixeira, Zezeu, Nabil, os poderes públicos são formados pelos parlamentares para que a sociedade brasileira possa ter mais um canal de participação.

Joao Alencar, Analista de infra estrutura. Ministério do planejamento.

Relação umbilical entre infraestrutura e planejamento de transportes. Na medida em que eu oferto transporte eu tenho impacto no uso do solo. Direito a cidade é ainda na esfera de uma programática. Só vou ter concretude de um principio de um direito, de uma norma, mecanismos de instrumentalizar direitos. Quem não sabe que na cidade o custo é inversamente proporcional ao espraiamento.

Solução de construção de moradias foi feita via mercado. Vantagens locacionais. Infraestrutura – Carta de Atenas. Mobilidade urbana.

Não é só questão de infraestrutura, mas sim de ter direito acessar / usufruir uma vantagem antropológica sociológica histórica, se morar em cidades. Mobilidade urbana não é só quilômetros de metro, quilômetros de corredor de ônibus. Mobilidade entendida como direito social, como ela se combina, se agrega e se relaciona com o direito a cidade.

ROSANA

As prefeituras alegam em todas as cidades que eles não fazem mais recursos do município por causa da lei de responsabilidade fiscal. E deveria ter uma lei de responsabilidade social.



As arrecadações esbarram na folha de pagamento – discutir como queremos morar nas nossas cidades. Direito a cidade. Quando são votadas essas leis, a gente tem que se colocar como morador da cidade.

RENATO

Não vamos reinventar a roda. Tentando abarcar todas as pautas legítimas não criar um buraco negro. Quando se falou do ODS foi falado de centenas de metas e indicadores. Referendar do ponto de vista do direito. Tenho o temor da gente dentro do direito a cidade colocar muita coisa. Lembro-me de outro professor Henri Lefevre. O direito a cidade se dá principalmente pelo valor de uso e não pelo valor de troca. Usar a cidade no seu dia a dia. Acesso à rua, poder ter mobilidade, ter o espaço do cotidiano, recuperar o espaço da cidade para todos. Nos une a todos, tem que possibilitar essa reunião. Para termos forma para sustenta-la, como a questão do ODS, mas aí sim destrichar em políticas e ações.

Questão pela internet

Exemplo de assédio sexual das mulheres nas ruas e transportes públicos.

Questão pela internet

Centralizamos muito a discussão muito em metrópoles – falamos muito de SP. Há favelização de médias e grandes cidades.

Eduardo

Articular o curto-médio. O importante concorre com o urgente. Você só fica com o urgente e deixa o importante para depois. Participação: ou você tem o povo do lado, ou você vai ter que enfrentar o capital. A participação. Garantia de critério de investimento que visa fugir - empresas que criam condições para vir para o município.



O movimento social – em Porto Alegre quando nasceu o OP nos pensávamos em conselhos. Veio da Uamap combinação de vontade política do governo com o movimento social.

O Estado tem papel na mobilização / formação das lideranças populares.

Ampliação e vinculação da CID para os poderes municipais – para o transporte coletivo. A questão de ampliar que tem que pagar transporte coletivo é quem usa o transporte individual. Tem quem entende que é bom para ele, isso vai ajudar a tirar um monte de carro da rua.

Os movimentos, governos tem que ter coragem de fazer. Questão do orçamento dos municípios – questão do espaço publico e tornar o espaço publico público e usar o debate do direito a cidade é um direito guarda-chuva.

MARCELO EDMUNDO

Dificuldade de estar na rua. Sempre se construindo os grandes condomínios – **pensar o direito a cidade para se reduzir as desigualdades**

A população que nem pisa nos espaços democráticos, os centros culturais do banco do Brasil. Aprofundar uma discussão de uma outra cidade. Sobre o problema de defender uma pseudo-satisfação. Às vezes você não tem referência, então cuidado com certas análises – viver sem saneamento, numa casa sem privacidade, o espaço devido a ele é muito melhor do aquele senão a gente fica sempre naquela de vamos ajudar – já estamos vivendo o caos. Exemplo do pão com carne ou pão com feijão.

A Favela da Maré esta ocupada pelo exercito, é importante que haja esta compreensão. Porque senão seremos varridos. Ninguém vai se submeter a essa miséria, essa submissão.

Nelson

Sobre a falta de cidades democráticas. Não há consenso sobre os componentes na carta mundial do direito a cidade. Tem alguns elementos que não tem consensos – sobre o rural e o urbano. Por isso a estratégia de construir uma plataforma.



Princípios que estão na carta. Estão sendo trazidos. Uso dos bens comuns; espaços públicos. Aspectos dos direitos das populações, como migrantes. Temos quase 400 mil latinos em SP, gente do campo, indígenas, quilombolas.

Concepção dos DH nas cidades. Pensar uma aliança com o pessoal da América Latina.

Trazer os DH com alguns conceitos estruturantes, que não significa um guarda-chuva que entra tudo. Associados e interligados com os direitos que já existem – não vamos estruturar uma plataforma estruturando todos os direitos. Valor de uso, usando os princípios do estatuto da cidade.

Temos que pensar a questão do conteúdo do relatório. Aliados de países para começar um movimento. Pensar uma iniciativa popular global pelos movimentos. A questão da mobilidade está como um elemento estruturante. O direito de circular de automóvel não é um direito fundamental de jeito nenhum. O transporte individual motorizado contradiz completamente o direito de todos de ir e vir.

Questão dos pequenos municípios: na verdade não deveríamos ter municípios de 20 mil habitantes, precisariam ter capacidade institucional de se transformar em governos. Tem uma pressão grande no congresso para se criar mais municípios. Territórios em que não se tem condições.

Sabrina

Agradecer ao professor Nelson e a todos pela participação.

Renato

Agradecer a todos que ajudaram a realizar esse seminário - IPEA – MCidades.
Participa BR



Agradece os palestrantes. É o início de um processo. Depois vai ter um segundo relatório – que vai sair da caixinha da ONU. Há um entendimento estratégico para isso. A plataforma está fisicamente situada na presidência.

Que a gente possa efetivar uma agenda urbana realmente transformadora. As nossas cidades realmente estão um caos ou porta da barbárie. Nós vivermos com situações, conviver com ratos e inimaginável – pode se colocar quanto quiser não ser vai dar solução - a partição é a única forma de se colocar.

Bartira

Pedi desculpas por não ter participado da mesa. Temos um documento importante rumo ao Habitat – “Inclusão rumo ao Habitat” um documento aprovado no conselho em outubro